



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0941/15	DATA: 18/06/2015	
LOCAL: Câmara Municipal de Montes Claros - MG	INÍCIO: 09h59min	TÉRMINO: 13h16min	PÁGINAS: 74

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS - Procurador da República em Montes Claros, Minas Gerais.
MARCELO EDUARDO FREITAS - Delegado da Polícia Federal em Montes Claros, Minas Gerais.
RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Prefeito de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

SUMÁRIO

Diligência para levantamento de informações sobre o tema objeto de investigação da CPI.

OBSERVAÇÕES

Reunião externa realizada na Câmara Municipal de Montes Claros, Minas Gerais.
Há termo ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Bom dia a todos.

Nós gostaríamos de agradecer ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Montes Claros, Sr. Marcos Nem, a receptividade e toda a infraestrutura que colocou a nossa disposição hoje. Na pessoa dele agradecemos a todos os Vereadores.

Agradeço também ao Procurador da República André de Vasconcelos Dias; ao Delegado da Polícia Federal chefe da Operação Desiderato, Marcelo Eduardo Freitas; ao Prefeito Ruy Adriano Borges Muniz; à Secretária Ana Paula de Oliveira Nascimento; ao Presidente do Hospital Dilson Godinho; ao Maurício Sérgio Sousa e Silva, que foram convidados para prestar depoimentos e se colocaram à disposição.

Em cumprimento às normas regimentais, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive com a criação artificial de direcionamento da demanda e captura dos serviços médicos por interesses privados — máfia das órteses e próteses no Brasil.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para ouvirmos o Procurador da República André de Vasconcelos Dias; o Delegado da Polícia Federal Marcelo Eduardo Freitas; o Prefeito Municipal de Montes Claros, Ruy Adriano Borges Muniz; a Secretária Municipal de Saúde de Montes Claros, Ana Paula de Oliveira Nascimento; o Diretor-Presidente do Hospital Dilson Godinho, Dilson de Quadros Godinho; e o Sr. Maurício Sérgio Sousa e Silva, Superintendente da Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros. Todos foram convidados em razão da aprovação de requerimentos, por unanimidade, em sessão anterior da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu gostaria também de agradecer de público à equipe da Delegacia de Polícia Federal de Montes Claros, na pessoa do Dr. Marcelo Eduardo Freitas, que, com a dedicação que é peculiar aos quadros da Polícia Federal, colaborou significativamente para que nós pudéssemos estar aqui presentes, disponibilizando para a CPI tudo que precisamos.



Agrademos de forma especial ao Comando da Força Aérea Brasileira, que cedeu a esta CPI aeronave para transportar a comitiva até esta cidade. Sem essa valiosíssima colaboração, esta diligência não teria o mesmo êxito.

Peço atenção aos nobres Deputados e Deputadas para os seguintes procedimentos, que nortearão os trabalhos desta audiência pública.

Ouviremos cada um dos convidados de acordo com o horário indicado no cronograma da audiência pública. Estou pedindo aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas aqui presentes que nos ajudem a oportunizar aos convidados o tempo de que eles necessitem, mas levando em consideração que nós vamos ter que ser rígidos no cumprimento do tempo, para que todos aqueles que possam colaborar tenham a oportunidade de falar. A manhã de hoje está repleta de depoimentos de autoridades, tanto da Polícia Federal como do Poder Judiciário, além das autoridades municipais e dos representantes dos hospitais; e à tarde nós vamos ouvir testemunhas, ou seja, pacientes que foram submetidos a cirurgias, e os médicos que foram envolvidos nessa Operação. Para o final da tarde, foi acatado pela Comissão um pedido de reunião reservada com médicos que fizeram delação premiada. Com esses nós vamos fazer uma reunião reservada. Aproveito para pedir ao Presidente da Casa, Marcos Nem, que nos ceda um local adequado para ouvirmos os médicos que estão colaborando com o Poder Judiciário.

Eu gostaria de apresentar a cada um dos senhores os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que estão presentes aqui. Peço que cada um se levante quando ouvir seu nome. Vou citar o Estado e o papel que desempenham na CPI.

Deputado André Fufuca, do Maranhão, Relator da Comissão. Seu papel é muito importante: fazer o relatório final, que deverá ser apresentado até dia 17 de julho.

Deputado Aliel Machado, do PCdoB do Paraná.

Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul.

Deputado Paulo Foletto, médico, do PSB do Espírito Santo.

A Deputada Raquel Muniz não precisa de apresentação, porque é da cidade. (Palmas.) A Deputada é do PSC de Minas Gerais.

Deputado Dr. João, médico também, do PR do Rio de Janeiro.

Deputado Pastor Franklin, do PTdoB de Minas Gerais.



Deputado Adelmo Leão, do PT de Minas Gerais.

Esses são os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que puderam estar presentes aqui hoje.

A palavra será concedida ao convidado, que terá prazo de 10 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, período no qual não poderá ser aparteado. Concluída essa manifestação, será concedida a palavra ao Relator e, em seguida, aos demais Deputados, observada a ordem de inscrição, para, no prazo máximo de 3 minutos para cada um, interpelarem o convidado. O convidado somente poderá ser interpelado sobre o tema objeto do convite formulado por esta CPI.

A lista de inscrição para as interpelações encontra-se à disposição dos Srs. Deputados, na mesa de apoio. É permitida a permuta de inscrição entre os Deputados, mas os que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão a inscrição.

Como de praxe — já fizemos um acordo, que estamos seguindo em todas as reuniões da Comissão —, para agilizar o trabalho nós vamos ouvir as perguntas de cinco Deputados, e os convidados respondem em bloco.

Solicito mais uma vez que todos sejam breves, tendo em vista que acordamos com os membros da Comissão nossa saída daqui a tempo de chegar ao aeroporto às 17h50min, porque o voo já está programado para as 18 horas, com chegada a Brasília às 19 horas, de onde os Srs. Deputados poderão se deslocar até seus Estados.

Convido para tomar assento à Mesa o primeiro convidado, Dr. André de Vasconcelos Dias, a quem de antemão já agradecemos a colaboração. O Dr. André irá contribuir conosco explicando os procedimentos adotados pelo Ministério Público Federal.

O senhor terá 10 minutos e pode usar a tribuna ou falar sentado mesmo, como preferir. Como eu disse, se preciso for o senhor poderá pedir um pouco mais de tempo. Sua colaboração será de muito valia para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o Dr. André de Vasconcelos Dias.



O SR. ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS - Exmo. Sr. Deputado Geraldo Resende, na sua pessoa eu cumprimento todos os Deputados presentes, os Vereadores, o Sr. Prefeito e as demais autoridades.

Srs. Deputados, primeiramente, esclareço que a possibilidade nossa de contribuição é restrita, restrita aos fatos apurados que já podem ser divulgados, restrita aos que podem ser divulgados, no âmbito da Operação Desiderato. Então ela com certeza não abrange todos os fatos que V.Exas. estão apurando na CPI de Órteses e Próteses.

O segundo ponto que precisa ser ressaltado é o objeto desta investigação.

Esta investigação começou com indícios, informações prestadas por pacientes e por outros médicos sobre possíveis irregularidades envolvendo tanto o atendimento ao paciente — cobranças irregulares, faturas indevidas — como também nosso foco principal, que é o recebimento de vantagens indevidas pela indústria farmacêutica e de próteses.

Esta investigação aponta para um grande esquema, que não se resume à nossa região, porque parece-nos que ele tem caráter internacional, um grande esquema de cooptação de médicos, mediante pagamento de vantagens indevidas, para utilização da marca, inicialmente, e, mais do que da marca, de uma quantidade excessiva de produtos dessa marca, seja simulando procedimentos, seja fazendo procedimentos desnecessários. Este é o ponto, este é o foco.

Nesta nossa investigação, chegamos a faturamento, no nosso caso específico, de próteses cardiológicas, faturamento em duplicidade, em triplicidade, com prejuízo para o SUS.

O que se fazia? Um cidadão precisa colocar um stent. Simula-se a colocação de três. O SUS paga três, e apenas um é utilizado. O ganho é duplo. O médico fica com a prótese e, principalmente, como recebe por produtividade, essas próteses que se simula colocar nos pacientes geram um ganho financeiro para a indústria e para ele.

Digamos que esta fraude pode ser bifronte. Ela pode gerar simplesmente a simulação da colocação das próteses, como ela pode também gerar procedimentos efetivamente realizados, mas desnecessários. Digamos que um marca-passo seja colocado num cidadão que não precisa efetivamente do marca-passo, ou que um,



ou dois, ou três stents sejam colocados sem necessidade. Então a fraude pode também gerar riscos à saúde, à segurança, à indenidade dos pacientes desses médicos.

Daí surgiram concussões, cobranças indevidas de pacientes que já estão sendo atendidos e cobertos pelo SUS, falsificação de documentos, uma série de situações. Mas o foco da investigação é isso.

É preciso deixar bem claro que tem sido levantada a responsabilidade, ou não, de terceiros, de instituições... O que nós colocamos neste momento, de forma bem clara, é que, no momento, do que foi apurado, não temos como, digamos, imputar a participação de gestão de hospitais. Neste momento, eles estão sendo tratados como vítimas. Mas a coisa é muito simples: em surgindo provas de envolvimento da administração, da gestão de instituições hospitalares, de forma alguma elas serão poupadas.

Agora, também há outro ponto: o foco, digamos, dessa investigação não obsta outros. Ou seja, eventuais irregularidades praticadas pelos hospitais ou sua gestão poderão e serão efetivamente apuradas e, se for o caso, punidas, mas — repito — não se confundem com o objeto dessa investigação. Em absoluto, não se confundem.

Então, vamos lá.

No que interessa aos senhores — eu não vou entrar nas concussões, não vou entrar nas fraudes, especificamente, em cada uma; quero entrar na questão da indústria de próteses e órteses —, de acordo com o que já foi ouvido de agentes colabores — secretárias, testemunhas, intermediários, representantes —, nós podemos colocar de uma forma bem geral a evolução desse sistema, a dinâmica comercial, a dinâmica financeira dessa relação entre médicos e indústria.

Como os senhores sabem, os arts. 68 e 69 do Código de Ética Médica — os Deputados que são médicos sabem muito bem disso — proíbem terminantemente qualquer interação econômico-financeira entre médicos e indústria, justamente para que produtos de pior qualidade ou que possam não ser os melhores para os pacientes não sejam utilizados, em prejuízo do cidadão.

Só que essa situação toma uma conotação criminal na medida em que esses médicos atuam pelo Sistema Único de Saúde — e grande parte dos médicos do



País atua no SUS. Quanto aos médicos credenciados do Sistema Único de Saúde, os senhores sabem, eles são equiparados a agentes públicos, são agentes públicos, para fins penais, e o recebimento de vantagem por parte de empresários, membros dessa indústria, caracteriza, em tese, o crime de corrupção passiva, por parte dos médicos, e ativa, por parte dos empresários.

No início dos anos 2000 — até 2005, 2006 —, pelo relato das testemunhas e agentes colaboradores — não são delatores; são agentes colaboradores — que nós já ouvimos, ficou claro o seguinte: num primeiro momento, o pagamento era feito de forma desregrada, muitas vezes em dinheiro, pelos representantes que essas empresas têm em cada região. Era feito em dinheiro e diretamente. Diante do aumento dos montantes, esses valores começaram a ficar de tal modo vultosos e constantes que eles não poderiam mais ser feitos dessa forma — era logisticamente difícil, até um risco de caixa dois, lavagem de dinheiro. Começou-se, em fins de 2007, 2008, a fazer esses pagamentos pelo sistema bancário, inclusive com emissão de notas fiscais e tudo mais.

Só que eles sentiram o baque. Começaram as primeiras apurações — como a investigação que houve em Uberlândia, por exemplo, que envolveu donos de algumas dessas empresas —, e eles sentiram que estava muito na cara, estava muito óbvio que aquele pagamento não tinha fundamento nenhum, que era vantagem indevida aos médicos.

A partir de então, começa um fenômeno: de um lado, a pejotização dos médicos. Os médicos brasileiros — de modo geral; não estou me restringindo ao setor de cardiologia — começam a criar pessoas jurídicas, empresas fictícias, que não existem no endereço ou, de fato, não existem, não têm funcionários, não têm funcionamento, com duplo objetivo. O primeiro objetivo é a redução de tributos, uma redução fictícia, uma redução facciosa, porque, na verdade, não existem as empresas. O segundo é criar um certo verniz jurídico para justificar o recebimento de valores. Eles criam as empresas, e essas empresas desses médicos começam a contratar diretamente com as grandes multinacionais da indústria de prótese e órtese. Na nossa investigação apareceram Biotronik, Signus, Boston, mas eu registro: absolutamente, não são só elas.



Isso se tornou a regra do jogo dessa indústria. E essa regra do jogo se fazia da seguinte forma: a indústria e o médico não podem justificar o recebimento de valores por aquilo que é sua verdadeira razão. Qual é? Usar a marca, dar preferência à marca, e, mais do que isso, usá-la em quantidade, de modo que quanto maior a quantidade de produtos utilizados, maior... Eles até utilizam o termo “produção”. Quanto maior a produção do médico para a empresa, maior a bonificação, que era o eufemismo que eles utilizavam para caracterizar a vantagem indevida.

E essa bonificação veio sendo paga sistematicamente. Só que, a partir desse momento, meados de 2008, 2009, 2010, eles começam a negociar com essas empresas, e os contratos que justificam os pagamentos passam a prever uma espécie de consultoria — a mesma coisa que se vê no mensalão ou em grandes esquemas. A consultoria é a panaceia, no País, que justifica qualquer pagamento de vantagem indevida, sob pretextos outros. Que pretextos eram esses? Desenvolvimento de materiais, pesquisas, apoio à produção científica.

Tudo isso, nós teríamos grande dificuldade de dizer que é verdadeiro ou falso, se tivéssemos uma investigação meramente formal. Só que a diferença — e esse é um *plus* em relação a outras investigações no País — é que nós já conseguimos acesso a diversos médicos que participaram do esquema e deixaram muito clara — e é isto que os Srs. Deputados têm que saber — a existência desses contratos de consultoria, desenvolvimento científico de materiais e outras coisas mais, firmados com a indústria de próteses e órteses e com a indústria farmacêutica também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Um momento, doutor. Findaram os 10 minutos. O senhor precisa de mais quantos minutos?

O SR. ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS - De mais 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Mais 10 minutos. Então, eu solicito aos Deputados que nós possamos, devido à contribuição dele, dar-lhe mais 10 minutos.

O SR. ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS - Então, Deputado, isso se tornou a praxe.

Aparentemente, essa indústria tem contratos com todos os médicos do País. Todos os médicos do País estão ajudando a desenvolver tecnologia e tudo mais,



quando, na verdade, os agentes colaboradores e outras testemunhas foram categóricos: aí está a farsa; essa é uma mentira; essa é uma fraude criada em escritórios de advocacia, é uma fraude criada por consultorias jurídicas de empresas para justificar o pagamento de vantagem indevida e a corrupção, a cooptação de médicos de todo o País como serviçais da indústria de próteses e órteses e da indústria farmacêutica para a utilização dos seus produtos. E mais: não é a utilização só dos seus produtos; é a utilização de maior quantidade de seus produtos, ainda que necessite, para isso, simular procedimentos, fraudando o SUS — fraudes milionárias. Eu repito aqui: quando se falou em 5 milhões, eram 5 milhões que envolviam os médicos investigados nesse caso. A mídia expôs mal isso. A fraude, aqui, é bilionária, se perspectivado todo o País e outros setores, como ortopedia, como próteses auditivas. É muito maior.

Então, o foco dessas indústrias, dessas multinacionais é cooptar esses médicos, por esses contratos fraudulentos. *“Não, eu estou prestando outro tipo...”*, mas, na verdade, o objetivo principal é corromper, é tornar esses médicos servos, escravos do sistema, dessa grande e poderosa indústria de órteses e próteses.

Aí, nós chegamos ao ponto chave: de onde surge tanto dinheiro para se poder cooptar todos os médicos, de todo o País, das especialidades médicas que envolvem utilização eminentemente de próteses e órteses? De onde surge? Do absoluto superfaturamento; dos absurdos preços que essas empresas praticam no mercado brasileiro, e que fazem com que o lucro seja tão maximizado que elas possam corromper amplamente o País.

Agora, veja bem: essas indústrias multinacionais praticam determinados preços. Preços surreais. Um stent comum custa 500 reais. Um stent farmacológico custa 10 mil, 20 mil reais, por exemplo. Eu estou falando desses porque são objeto de nossa investigação, mas uma prótese auditiva custa 40, 50 mil reais. Daí vai.

Para a indústria, isso custa centavos. Depois que a tecnologia foi desenvolvida, isso custa centavos. E são empurrados goela abaixo do cidadão brasileiro esses preços abusivos. E os próprios médicos que foram ouvidos deram alguns exemplos. A própria tabela do SUS para pagamento desses materiais, tabela essa que baliza, muitas vezes, também as negociações privadas, é extremamente bondosa, extremamente favorável, para não dizer abusiva, para não dizer



superfaturada, em relação a essa indústria, o que nos leva a acreditar que existe, também, ou pode existir, um nicho de atuação de *lobby*, ou coisas mais graves, dessa indústria, junto ao Ministério da Saúde, para fixação desses preços.

Dou um exemplo: segundo o médico ouvido ontem, o INCOR, de São Paulo, que é o maior hospital nessa área, hospital referência, paga 500 reais, em média, por um stent convencional. Na tabela do SUS, esse mesmo stent custa 2.034 reais. Se o maior hospital do País, se o hospital referência consegue pagar 500 reais — e já é alto esse valor, e é alto porque existe o cartel, presumidamente, dessa indústria —, como, eu lhes pergunto, o SUS poderia chegar a valores quatro vezes superiores?

E os médicos, eu quero colocar, não são vítimas. Eles têm toda a capacidade de entendimento, de não ser cooptados por essa indústria, mas, de algum modo, são reféns de um sistema em que o médico é remunerado de forma muito baixa por esses procedimentos, via SUS, e a indústria farmacêutica e de órteses e próteses recebe valores astronômicos, que não condizem com o real custo desses equipamentos. Essa desproporção, por si só, não gera, mas facilita esse sistema em que quem está tendo o maior lucro coopta quem não está tendo os benefícios dessa empresa.

Então, eu acredito que a grande contribuição que esta CPI pode trazer à sociedade brasileira é no sentido de desmascarar essa grande indústria — e não falo apenas do setor cardiológico, mas do ortopédico, do otorrino, de todos — e conseguir, via Governo Federal, via SUS, precificar, colocar valores justos e romper com esse cartel dessa indústria, que, não tenham dúvidas, patrocinam ou patrocinarão muitos colegas dos senhores. Então, os senhores encontrarão resistência dentro de sua própria casa, porque é uma indústria muito rica e poderosa. Mas a solução passa justamente por arrostá-la e passa por se reduzirem a preços justos, a valores justos, o que é vendido, o que é comercializado por essa indústria.

E se a CPI quer contribuir para apurar, efetivamente, é muito fácil: quebrem o sigilo bancário e fiscal dessas empresas de próteses e órteses das grandes multinacionais que os senhores vão ver o que eu estou dizendo. Os senhores vão ver esses pagamentos para empresas de médicos, pagamentos milionários, e os



senhores verão contratos simulados, todos da mesma forma que eu estou colocando para os senhores: simulam uma prestação, uma consultoria, serviços inexistentes. Na verdade, aquilo é pagamento pela utilização de produtos, e produtos em quantidade.

E a coisa é tão boa para essas indústrias... Eu vou além: novas linhas de investigação estão mostrando que alguns médicos da região não só recebem valores; eles recebem máquinas. Uma máquina de hemodinâmica custa de 700 mil dólares a 1 milhão de dólares. Os senhores imaginem médicos recebendo essas máquinas. Há uma linha de investigação que aponta alguns médicos que têm seis máquinas doadas por essa indústria. Como as empresas conseguiram doar seis máquinas, 6 milhões de dólares, para os médicos? Porque o seu retorno é muito maior, porque o seu retorno é absurdo!

Esses pontos, à medida que forem sendo levantados, serão repassados à CPI, com a qual nós esperamos ter alguma interlocução e troca de informações, sempre que possível. Algumas informações de diligências em curso, peço a compreensão, pelo sistema de investigação criminal, são sigilosas e só poderão ser passadas a tempo e modo.

Essas eram as minhas considerações gerais.

Eu agradeço a oportunidade de tentar contribuir e estou à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Dr. André Vasconcelos. Esta Comissão, de antemão, já lhe agradece. V.Sa. já mostrou que domina, com muita propriedade, todo o tema que é objeto desta CPI.

Eu quero passar, primeiro, a palavra ao Deputado André Fufuca, nosso Relator. Logo a seguir, nós temos sete inscritos, para os quais vamos passar a palavra, pela ordem de inscrição. Só que eu gostaria, até para dar agilidade, que nós diminuíssemos o tempo dos Srs. Deputados. Em vez de 3 minutos, nós falaremos por 2 minutos no dia de hoje, para darmos celeridade ao nosso trabalho, já que a fala do expositor já foi muito precisa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Bom dia a todos.



Inicialmente, meus cumprimentos ao Procurador, Dr. André Vasconcelos. Logo após ter conhecimento da operação, eu entrei em contato com o Procurador, e ele nunca se furtou a prestar informações e esclarecimentos a esta Comissão.

O que acontece aqui, hoje, em Montes Claros — e o Brasil foi testemunha — é que nós havíamos presenciado diversas denúncias, envolvendo o País inteiro, nas quais as regionais de diversos Estados também estavam envolvidas. Porém, aqui nos chamaram a atenção alguns fatos. Havia aqui fatos que lembravam um assalto: ou você paga, ou você morre. E, muitas vezes, era assim que os pacientes daqui eram tratados. No SUS, tinham que pagar para ter aquilo que era deles de direito. Tinham que pagar para fugir do corredor da morte.

Aqui nós encontramos o ápice do que a má administração e do que, acima de tudo, o mau interesse do funcionário, do médico, do hospital pode desencadear: a morte motivada pelo dinheiro.

Eu peço a V.Sa. que, como nós fazemos — e nós estamos observando nesses meses, na CPI —, que V.Sa. também possa olhar as instituições. No Estado do Rio Grande do Sul, para se ter uma noção, existem 156 mil processos, hoje, na Justiça, pedindo liminares para serem feitas cirurgias. É, disparado, o maior número do País. E há uma indústria que envolve advogados, médicos, industriais, multinacionais, e — na última semana descobrimos — até pacientes. Lá estão até os próprios pacientes entrando no conluio dessa máfia, coisa que não acontece em outros lugares do País.

Então, eu o cumprimento pelo seu trabalho, cumprimento a Polícia Federal pelo seu trabalho e peço que continue a investigação. Essa investigação não pode acabar por aqui. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem um prazo regimental para o seu término, mas as consequências dela devem perdurar. E nós haveremos, naquilo que cabe à Comissão, de procurar, sim, indicações e nortes para evitar e coibir essa prática.

Eu lhe farei alguns questionamentos — muito poucos, até pela questão do tempo, que devemos otimizar.

Nós podemos dizer que o pilar de toda essa corrupção aqui, em Montes Claros — V.Sa. falou muito bem das multinacionais — é a multinacional?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ao Relator nós vamos permitir o questionamento direto. Os demais Deputados vão fazer as cinco perguntas, e daremos oportunidade ao senhor de respondê-las.

O SR. ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS - Ótimo.

Sr. Deputado, não há dúvida de que a base do sistema, da dinâmica do funcionamento dessa corrupção são as multinacionais. Isso é cristalino. Isso é indubitável. Veja bem, os médicos não são vítimas, mas são a parte fraca, a parte mais frágil desse sistema. Agora, a base, quem dita as regras do funcionamento desse sistema espúrio, são, de fato, as empresas. Não há dúvida disso.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Antes de ontem, na CPI, nós tivemos acesso ao depoimento de uma testemunha — que pediu que não fosse identificada — que nos relatou alguns episódios, inclusive o de uma cirurgia de mais de 1 milhão de reais, no Rio de Janeiro, pelo plano dos Correios, envolvendo diretores, subdiretores e gerentes dos hospitais.

Eu lhe pergunto: aqui, em Montes Claros, há a participação ou a evidência de participação de hospitais também nessa máfia?

O SR. ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS - Veja bem, Deputado. Se há? Pode haver. Isso não é negado. Se houver indícios, será apurado a fundo. Então, eu não posso dizer que há ou que não há. Isso, de forma alguma, eu tenho possibilidade de dizer. O que eu tenho possibilidade de dizer é que, nesta investigação específica, que envolve um grupo de quatro ou cinco médicos e fraudes outras, como superfaturamentos fraudulentos, peculatos e concussões, neste específico objeto da Desiderato, na primeira fase da Desiderato — porque haverá desdobramentos —, não há evidências, o que não inibe que quem quer que seja, seja poder público, seja cidadão, que tiver alguma informação que implique a gestão de hospitais, de nos trazer essa informação, porque nós a apuraremos.

E, complementando a primeira colocação do senhor, há indícios, sim, dessa prática perniciosa em relação a advogados e médicos. Os médicos simulam a necessidade de procedimentos, e os advogados entram com ações na Justiça para obrigar o SUS. Os juízes, com um laudo em mãos, têm muito receio de negar uma liminar, e um paciente vir...



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Como profundo conhecedor do Direito que V.Sa. é, nós sabemos que muitas vezes essas liminares são solicitadas em casos extremos, em casos de emergência. Um juiz, numa sexta-feira, ao fim da tarde, recebe uma solicitação de um paciente para fazer uma clipagem de aneurisma, porque, se não o fizer, terá um derrame e morrerá em 12 horas, 10 horas.

O SR. ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS - Certo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Eu lhe pergunto: a formação de uma câmara técnica ajudaria nesse caso?

O SR. ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS - Sim, certamente, porque, se chegar um laudo de um médico privado dizendo que o paciente está sob risco, qual promotor, procurador ou juiz vai dizer o contrário? Agora, se nós tivermos uma câmara técnica, como o senhor coloca, que puder nos dar uma avaliação técnica imediata, nós poderemos estar respaldados para opinar contrariamente. Mas normalmente isso não acontece. Nós só temos a manifestação daquele médico, que muitas vezes está cooptado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Só para terminar os questionamentos, até porque os nobres pares também farão os deles, como profundo conhecedor do Direito que V.Sa. é, eu lhe pergunto: quais modificações legislativas nós poderíamos fazer para coibir essa prática nefasta que vem assolando os lares, as ruas, as avenidas brasileiras?

O SR. ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS - Sr. Deputado, sobre esse ponto nós estamos estabelecendo um grupo de trabalho interinstitucional, que tentará, ao final das investigações, apontar todos os gargalos e possíveis soluções. Neste momento, é prematuro eu trazer uma solução, porque ela envolve o aspecto técnico também.

Nós estamos em permanente interlocução com profissionais habilitados, para chegarmos a conclusões. Mas eu lhe afianço que, em 1 ou 2 meses, ao final deste processo, mandaremos por escrito à CPI uma série de sugestões, que submeteremos à douta apreciação dos senhores.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Nós temos prazo regimental até o dia 17 de julho para encerrar a CPI. Porém, eu gostaria que as modificações que essa



câmara técnica judiciária fará fossem encaminhadas ao Congresso, à Comissão de Seguridade Social e Família, que é responsável por essa área, para que nós pudéssemos adotar também as medidas necessárias.

A CPI não se furtará, em momento nenhum, a encaminhar projetos de lei, indiciar supostos criminosos, porque nós temos o compromisso de coibir essa prática. O nosso País já por muito tempo é refém, e nós não podemos mais aceitar isso.

Eu fico muito grato por V.Sa. poder nos prestigiar com a sua explanação.

Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Quero, mais uma vez, dizer — já disse isso ao procurador e ao delegado da Polícia Federal — que esta CPI também poderá fazer um trabalho concomitante. Encaminhem aquilo que vocês necessitem. Logicamente, há algumas práticas que precisamos percorrer na Casa; mas encaminhem tudo aquilo que puder facilitar o trabalho de vocês, a fim de que, na próxima terça-feira, nós já possamos votar alguns expedientes que poderão dar celeridade ao trabalho de vocês aqui em Montes Claros.

Eu passo a palavra ao Deputado Paulo Foletto. S.Exa. tem 2 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Sr. Presidente, queria cumprimentar a comunidade de Montes Claros. Vocês mandaram a esposa do Ruy, a Deputada Raquel, de presente para a Câmara Federal. Ela tem feito um brilhante trabalho não só hoje aqui, mas em outras áreas. Parabéns pela escolha de vocês! (*Palmas.*)

Dr. André, poucas vezes a gente vê alguém com uma fala tão esclarecedora quanta a do senhor. Eu sou médico há 35 anos. Fiz cirurgia geral. A Deputada Raquel fez geriatria. As nossas especialidades dificilmente vão ser induzidas a qualquer tipo de anormalidade, porque não há próteses nas nossas especialidades. Também concordo, quando o senhor diz que alguns colegas acabam ficando reféns. Mas só vai quem quer — só vai quem quer. Dá para continuar fazendo Medicina com decência, sem ser corrupto ou ladrão.

Se esta CPI puder, eu acho que deve indicar o senhor ao Rodrigo Janot, para o senhor ir para a Procuradoria-Geral da República. Como o senhor conseguiu entender a meiuca da coisa, eu acho que pode dar uma contribuição muito grande. A gente pode exportar o modelo daqui para o Brasil inteiro, onde aconteça isso.



Eu estava dizendo ao Deputado Alceu Moreira que, onde se bota uma plaquinha de tibia ou de rádio, o trem já está acontecendo, porque chega outra concorrente da plaquinha e diz assim para o doutor: “*Se o senhor, em vez de reduzir com o gesso, botar a plaquinha, o senhor vai ter um dindin*”. É triste, mas é bom dizer pra todo mundo: onde há próteses, os custos hoje são três vezes maiores. A gente conseguiria pagar ou um terço ou um quarto do valor real. O resto é por fora, é esquema, é ladroagem, é procedimento sem necessidade, tudo isso que o senhor descobriu.

E, rapidamente — o senhor até falou nisso —, em muitos lugares do Brasil, e o Rio Grande do Sul é recordista disso, o Judiciário também entrou no jogo, ficou refém. O senhor podia, além desse modelo que o senhor conseguiu inaugurar aqui, com prudência, com o delegado federal, com o juiz federal que ajudou, fazer uma interlocução com o Judiciário para que não fosse na primeira isca? Às vezes, a isca é uma isca podre, porque há um processo de escritório de advocacia combinado com médicos, na indução a uma liminar que pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tempo esgotado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Já termino.

E há outra coisa que eu queria dizer ao senhor. Há um diretor de um hospital grande lá do Rio Grande do Sul que disse que onde há diretor que se interessa e age, a coisa pode acontecer, mas é desse tamanho aqui. Então, pode ser que o diretor tenha sido surpreendido, mas daqui para frente tem que agir. O.k.?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Paulo Foletto. Parece-me que o Deputado só fez algumas considerações. S.Exa. tem alguns questionamentos? Você tem alguma resposta ao Deputado?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Deixe, para que ele possa responder a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos fazer assim. Vamos deixar para que ele responda tudo junto. Muito bem, Deputado Alceu! Muito obrigado pela observação.

V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria cumprimentar a todos e dizer do prazer de estar aqui junto com a nossa querida colega Raquel. De imediato quero dizer ao Procurador André Vasconcelos Dias que sua contribuição será valiosa. Pessoas como o senhor são definitivas para nós construirmos um modelo de gestão da saúde que não permita que esses assassinos e ladrões roubem dinheiro, que significa a morte de tantos.

O que nós estamos vendo, principalmente no Poder Judiciário, são prédios suntuosos, uma estrutura gigante. Certamente, não vai fazer falta para o orçamento ter a possibilidade de exigir de uma câmara técnica uma sustentação técnica para dar uma liminar na judicialização da saúde pelo “*eu acho*”. Um vigarista entra lá com uma liminar para conseguir o direito de ter uma prótese de vários milhões de reais, e deixa outros na fila morrendo sem atendimento. E o juiz, prontamente, atende o vigarista, porque ele não tem nenhuma informação. Quer dizer, é uma anomalia.

O que me preocupa — e eu queria trabalhar com isso — é que nós temos rede de supermercados gigantes no País inteiro e há controle, absolutamente, há controle sobre tudo. E nós temos um sistema de saúde que não é capaz de controlar prótese e órtese. Isso significa que essa permissividade é absolutamente autorizada ou negligenciada. Faz-se de conta que não se viu. Mas é claro que se viu! Esse crime não acontece por uma pessoa isolada; ele acontece em rede. Ele precisa vir da indústria, ele precisa cooptar o profissional, tem de haver a clínica ou hospital onde acontece o processo cirúrgico. Todos têm que estar sabendo disso, ou não é? Portanto, há uma convivência em rede, uma quadrilha organizada no sistema. O que nós precisamos fazer, então, é buscar imediatamente um sistema que interrompa esse *modus operandi*.

Ontem, nós tínhamos alguém fazendo declaração em Brasília de que o grupo Conceição em Porto Alegre é um dos grupos que trabalha com isso. Pois bem. O grupo Conceição gasta sozinho quase 15% de todo o recurso da saúde que nós temos para o Rio Grande do Sul inteiro. Nós imaginávamos que aqueles camaradas de jaleco branco eram quase anjos. Não sabíamos que o diabo vestia branco também. Estão lá eles, médicos, achando que está tudo tranquilo, que a orientação está correta; e eles estão surrupiando dinheiro público!



Então, eu não queria lhe fazer nenhum questionamento. Queria apenas dizer ao meu Presidente que esta Comissão Parlamentar de Inquérito talvez tenha uma função muito mais árdua, depois de concluir o seu trabalho pelo Relatório, do que antes. A Câmara dos Deputados precisa, a partir desta Comissão, exigir da Presidência da Câmara uma Comissão Especial definitiva para se trabalhar objetivamente com este tema, até que se defina para o Brasil uma política decente que não deixe as pessoas morrendo nos corredores, enquanto laráprios andam surrupiando o pouco dinheiro de que a saúde dispõe.

Então a minha é uma solicitação. Nós vamos concluir agora, no final do mês que vem, os trabalhos desta CPI, mas isso está longe da conclusão. Pessoas como o André e outros que vamos ouvir aqui, no Brasil inteiro, têm condições de construir um grupo de trabalho que dê ao cidadão brasileiro o direito de não ter que se deitar numa mesa de cirurgia, como se fosse um suíno a ser carneado, para fazer uma cirurgia para dar dinheiro para um vigarista enquanto, na verdade, ele não precisava da cirurgia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tempo esgotado.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Até isso acontece. Eu nunca vi algo tão escabroso, porque quando alguém assalta e mata numa vila é um cidadão sem conhecimento; ou, talvez, até o seu meio social permita que se faça isso de maneira animalesca. Mas quando alguém frequentou uma universidade, botou um jaleco e é capaz de patrocinar uma monstruosidade dessas, esse deve ser considerado como crime hediondo, e ele nunca mais poderia ostentar um jaleco ou um instrumento cirúrgico na mão. Bandido não pode tratar saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Alceu Moreira.

Concedo a palavra ao Deputado Aliel Machado.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes aqui, não vou dizer que é uma alegria, porque nós estamos tratando de um tema que nos choca. Os depoimentos que nós recolhemos e o trabalho da CPI são um trabalho investigativo, de contribuição a essas investigações que tomaram



proporção nacional, na medida em que saíram em um programa de rede nacional muito conceituado.

Pois bem, Dr. André. Também me senti muito contemplado com sua fala, por ver a preocupação de um defensor público em fazer essas investigações. O fato de quem ocupa o cargo que o senhor ocupa dentro da estrutura pública brasileira, como procurador, ter essa liberdade e esse comprometimento investigativo, é o que faz com que nós tenhamos a possibilidade de acabar com essas situações. Infelizmente, não só do ponto de vista financeiro, nós encontramos pessoas que foram aleijadas, e há suspeita de que pessoas foram mortas por médicos que queriam obter recursos, e deixaram de lado o princípio central, que é cuidar da vida do ser humano.

Pois bem. Eu sei que aqui na cidade de Montes Claros nós temos uma das referências em relação a transplante. Especificamente, nós estamos trabalhando com a questão de órteses e próteses, mas eu gostaria de questionar o senhor se houve propina para a colocação de stents; ou se não houve, também. Pergunto se há algum tipo de indício — porque muitas pessoas nos procuram sabendo que fazemos parte de uma CPI que investiga a área da saúde, mesmo que seja específica na área de órteses e próteses —, se não chegou ao conhecimento de V.Sa., ainda, qualquer tipo de indício ou denúncia relacionada a propina para furo dentro da fila de transplantes, que é importante. Porque, à medida que sai uma denúncia, Sr. Presidente, as pessoas começam a acreditar, a ter informações, e procuram.

E, para concluir, gostaria de perguntar também sobre isto. Nós tivemos alguns depoimentos em Brasília em que pessoas envolvidas dentro dessa área médica nos hospitais nos alegaram que existiam acordos sem envolver as empresas, entre médicos e pacientes, em que era feita a caracterização de um procedimento que nunca existiu. O médico pegava uma situação de uma cirurgia e colocava aquilo como se tivesse acontecido com cinco, seis, sete, oito pessoas, apenas para tirar dinheiro do SUS e para receber esses recursos, inclusive em benefício dos hospitais, que recebem pela estadia do paciente e por uma série de procedimentos. Gostaria de saber se isso foi apurado também, ou se foi feita denúncia neste sentido, e se se tem indício dessas irregularidades aqui, também.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Aliel Machado. Passo a palavra ao quarto inscrito, Deputado Pastor Franklin.

V.Exa. tem 2 minutos.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Sr. Presidente, povo de Montes Claros e nosso querido Dr. André, eu fico admirado com a capacidade de algumas pessoas que usam os seus atributos, os seus estudos, a possibilidade que tiveram de estudar, de aprender — em um país em que nós sabemos a dificuldade que se tem para se formar —, para fazerem isso, usando as suas atribuições para atos malditos. Atos que, em minha concepção, são atos de nazismo, porque para você entender que, com uma pessoa chegando próxima à morte, um médico se aproveitar da situação da pessoa, olhar para a cara dela e ali estudar quanto vai cobrar... Porque eu observei que as investigações mostravam que era feito em estilo leilão: uns pagavam 3 mil, outros pagavam 10 mil, outros pagavam 40 mil. Mas todos tinham que pagar. E pagavam sem sequer saber se teriam ou não o benefício daquilo pelo que estavam pagando. Na verdade, imaginavam que teriam o benefício, e hoje se nota que não acontecia isso.

São atitudes de crime hediondo, de crime nojento de pessoas que se aproveitam da sensibilidade das pessoas! E eu fico muito triste com isso, porque nós, aqui de Minas Gerais, sabemos — a Deputada Raquel, que tem aqui o nosso Prefeito Ruy Muniz — que a região mais sofredora, vamos dizer assim, mais carente de Minas Gerais é a região norte de Minas. E eles se aproveitam de uma situação mais carente para extorquir e para colocar a sua quadrilha em ação.

Então, eu quero parabenizar o senhor pelo ato de investigação, e quero deixar uma pergunta aqui para o senhor sobre essa investigação que o senhor fez acerca das empresas. Porque o senhor explanou muito bem: as empresas são mentoras desse crime hediondo que tem acontecido contra a população do Brasil. E o senhor investigou também os médicos, o senhor investigou as instituições de Medicina, os hospitais, obviamente. Mas eu queria saber do senhor se o senhor fez algum levantamento de óbito, de pelo menos três anos para cá, de pessoas que fizeram cirurgia e vieram a morrer.



Como há um relato de uma paciente aqui... Deixe-me ver; eu peguei e anotei o nome aqui. Mas deixe-me ver se eu grifei... É, está aqui. É da Célia Guedes. Houve a cirurgia da irmã dela; e, logo após, a irmã veio a morrer. E, depois que ela soube das notícias, ela ficou desesperada, querendo saber se pelo menos a irmã dela recebeu aquela prótese.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tempo esgotado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Concluo.

Então, eu gostaria de saber do senhor se houve esse levantamento, porque, através disso, nós vamos saber o tamanho do crime; e o crime já é gigantesco. Mas gostaria de saber quantas pessoas realmente morreram, vítimas desse crime. E também quero saber de uma coisa: se aquelas que passaram por esse médico para ter uma nova avaliação, para ver se realmente elas receberam por aquilo que elas pagaram para ter.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado a todos de Montes Claros e do meu Estado Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Pastor Franklin.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Bom dia a todos. Eu queria aproveitar aqui para agradecer à Deputada Raquel Muniz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, só um minutinho.

O Prefeito disse que ia à Prefeitura, mas, como ele já retornou, eu gostaria de solicitar que ele pudesse se sentar ali junto aos Vereadores, e que ele ficasse à vontade. Ele poderia se sentar junto aos Vereadores ali, aguardando, daqui a pouco, o seu depoimento.

Deputado Dr. João, o seu tempo vai ser recontado: 2 minutos.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Quero agradecer à Deputada Raquel Muniz, minha colega e Deputada amiga, ao seu esposo, o Prefeito da cidade, à Câmara de Vereadores e a este povo hospitaleiro de Minas Gerais, que é uma característica própria deles.



Dr. André, eu quero aqui aproveitar esta oportunidade porque sou médico, sou cirurgião, e faço neste ano 39 anos de formado. Desde o terceiro ano de faculdade que eu frequento centro cirúrgico, sala de cirurgia. Eu faço cirurgia geral.

Eu quero parabenizar não só o senhor, como a cidade de Montes Claros, porque o senhor está dando o exemplo para todo o Brasil de como se deve proceder.

Nós temos duas cidades no Brasil que são, eu acho, o ponto máximo em todo o Brasil, que é Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e a cidade do Rio de Janeiro. Nós temos observado, neste período da CPI das próteses, alguns esclarecimentos e alguns depoimentos estarrecedores: cirurgias que levaram a óbito e cirurgias que levaram à mutilação permanente do paciente. Em muitas das vezes, cirurgias sem indicação, somente com finalidade financeira.

O senhor tentou, na sua fala, amenizar a parte do médico, sendo uma vítima no processo. Até certo ponto eu concordo com o senhor, mas, na maioria das vezes, eu não concordo. Primeiro: quando um profissional, que tem um curso superior de 6 anos, uma residência médica de 3 anos, curso de especialização, porque é uma profissão que a gente não para de estudar, simula uma patologia a um paciente, leva-o ao centro cirúrgico, é porque esse cara é bandido, ele não é médico. E, independentemente do salário dele, porque nós tivemos depoimento nesta semana de um médico do Rio Grande do Sul em que ele dizia que, numa prótese de quadril, que custa 20 mil reais, ele ganha do SUS 300 reais para operar e implantar essa prótese no paciente. Então, é uma desproporcionalidade muito grande que pode gerar, realmente, uma corrupção em termos de salários, mas que não justifica esse superfaturamento, esse desvio de material.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Concluirei.

No Rio de Janeiro, e sou do Rio de Janeiro, estou fazendo um levantamento dos hospitais federais. É uma coisa absurda o desvio do material de prótese, desde mama a ortopedia, esse desvio de material que sai dos hospitais federais e vai para as clínicas particulares. Nos seis hospitais federais, não se tem controle de saída, e 90% desse material saem do almoxarifado dos hospitais federais e vão para as clínicas particulares, sendo cobrado duas, três, quatro vezes a mais. A prótese de



mama: 10% dessa prótese são operados nos hospitais, e, desses 10%, a maioria é feita para a estética. O doutor, do seu consultório, leva a paciente para o hospital federal, faz a cirurgia de estética. Mas muitas das vezes, na maioria das vezes, a paciente, mutilada de mama, entra numa fila de 2, 3, 4, 5 anos e não consegue a sua prótese em função da mutilação por um câncer ou por um tumor qualquer. Então, isso é uma quadrilha, isso é de bandido, e não posso considerar uma pessoa dessas como um colega meu, que deixa de fazer uma cirurgia de um implante mamário de uma paciente simples, que precisa daquela prótese, que não tem condições de pagar, e aquela prótese, que é paga pelo SUS, paga pelo Governo Federal, é feita por interesse particular.

Então, Dr. André, eu o parabeno pelo seu trabalho. Eu faço só uma pergunta. Eu acho pior essa situação que está acontecendo no Rio de Janeiro, porque envolve diretamente dinheiro público, envolve diretamente dinheiro do Ministério e a gente hoje luta por uma verba maior, por um financiamento maior para a saúde, e a gente vê um rombo da forma que a gente está observando. Aqui em Montes Claros, no hospital SUS, em instituições conveniadas, há também esse problema ou o senhor só detectou em convênios, em associações, em clínicas privadas?

Então, eu quero aqui encerrar minha fala, Sr. Presidente, e parabenizar Montes Claros, como parabenizá-lo pela sua coragem, parabenizá-lo pelo seu trabalho, que o senhor está dando um exemplo ao Brasil de que este problema pode e deve ser resolvido, porque é impossível ver a nossa população que, em muitas vezes, vai ao posto de saúde e não há uma injeção, não há um médico para atender, não há uma Novalgina, não há um curativo... E a gente vê essa quantidade de dinheiro tanto na parte privada quanto, principalmente, na área pública sendo jogado na lixeira abaixo, enchendo o bolso de dinheiro de multinacionais, de médicos, de gestores, porque eu não acredito, em hipótese nenhuma, que um diretor de hospital não tem controle ou não sabe, não tem conhecimento de que está sendo roubado material de dentro do seu almoxarifado. Por isso é que eu acredito que há participação de gestores, há participação de gente grande em todo esse processo.

Meus parabéns, doutor! E obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Dr. João.

Então, nós vamos seguir. Nós falamos que eram cinco Deputados, mas são sete Deputados inscritos. Então o senhor já responde aos sete.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão e, por fim, depois, a Deputada Raquel Muniz.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - O.k. Eu queria perguntar ao Dr. André, cumprimentando, primeiramente, a todas e todos aqui presentes, se a Polícia Federal pode fazer quebra do sigilo bancário — primeira pergunta.

Segunda: no seu entendimento, na cadeia de serviços prestados pelos médicos, se é possível fazer alguma fraude sem conhecimento do auxiliar, do técnico, no hospital que interna. Quer dizer, quais são os componentes nesta cadeia de prestação de serviços que, eventualmente, têm a obrigação, têm a necessidade, têm condições de saber, efetivamente, das práticas que são realizadas pelo médico?

Por último, apenas uma pequena discordância da sua afirmação, Dr. André. É que eu não considero que o médico, que cuida das fraquezas humanas — e talvez ele seja o maior responsável pelo cuidado das fraquezas humanas —, não pode ser considerado o ponto mais fraco. Para cuidar dessas fraquezas, ele precisa ser forte. É possível praticar corrupção sem a participação do médico, nessa cadeia de serviços de atenção à saúde?

São essas as minhas perguntas.

Um minuto e meio, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Quero cumprimentar todos os presentes, através do Prefeito Ruy Muniz, os nossos Vereadores, que são os legítimos representantes do povo e que estão aqui hoje superpresentes; quero cumprimentar a nossa secretaria anticorrupção, a Secretaria de Saúde, a imprensa aqui presente, que tem um papel importante na informação para as pessoas.

Eu gostaria de falar que ontem, participando de um depoimento na Comissão — no Parlamento, as mulheres são poucas. e nesta Comissão também —, eu realmente falei para os meus colegas que o homem se preocupa com relação a



números, a valores, que isso é próprio do homem. Já a mulher tem uma sensibilidade diferente. E, ao ouvir um depoente, após eu fazer um questionamento, após o meu questionamento, ele me deixou extremamente preocupada e triste. Eu perguntei para ele se lá na região dele se colocavam stents em pacientes que não tinham essa necessidade. E ele respondeu: “Vários, Deputada.”

Então, André, o meu pedido, também, para esta Comissão, é... E o Deputado Alceu falou muito bem isso, que este trabalho tem que continuar na Câmara, através de uma Comissão Permanente. Esses pacientes... Eu, que sou geriatra, chego aqui, na minha base, na sexta-feira — não atuo mais na clínica geriátrica, mas tenho pacientes que têm afeição por mim, que têm confiança em mim —, e eles me ligam, perguntando se o procedimento que fizeram é correto ou não. Muitos estão em depressão. Esses pacientes, Sr. Procurador André, você que tem essa responsabilidade de também apurar aquilo em que a União foi lesada, esses pacientes estão precisando, no momento, de ser acolhidos. Alguém tem que ter essa responsabilidade. São vítimas! Precisam ser acolhidos. Como é que a gente pode, através da imprensa, fazer com que essas pessoas sejam informadas disso, do direito delas de serem acolhidas, depois desses erros, erros graves, que até levaram muitos à morte?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputada Raquel Muniz.

Eu devolvo agora a palavra ao Dr. André de Vasconcelos Dias. Eu solicito que, devido ao adiantado da hora, V.Sa. seja bem breve para responder a todos os sete questionamentos feitos pelos Srs. Deputados, de acordo com a ordem em que falaram.

V.Sa. tem 5 minutos.

O SR. ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS - Obrigado.

Em primeiro lugar, há uma preocupação que todos os Deputados externaram aqui. Esses médicos, de fato, não são vítimas; são monstros. São monstros, são bandidos, é inaceitável! O que eu quis colocar é que, para a indústria de próteses, eles são fungíveis, eles são substituíveis, eles são peças de uma engrenagem. É qualquer médico. Para eles, não importa.



Digamos, vocês viram aquele documentário, há um tempo, *Meninos do Tráfico*, os soldados do tráfico. Assim são os médicos para essa indústria. Se não for esse médico, vai ser aquele. Eles são substituíveis, embora bandidos. Então, para essa indústria, não importa se é A ou B. Os médicos são para eles meras peças que lhes garantem recursos.

Quanto a essa injunção junto à Justiça, que o Deputado Paulo Foletto bem colocou, no sentido de tentar uma razoabilidade, se criadas essas câmaras técnicas, nós teremos esse respaldo. Mas eu gostaria que os senhores compreendessem a dificuldade que tem um membro do MP, ou um juiz, quando tem diante de si um laudo médico dizendo que é estritamente necessária e urgente uma prótese. Nós não temos uma contraprova, nós não temos como elidir aquela informação técnica e, conseqüentemente, muitas vezes por fraude, esses recursos se esvaem, utilizando-se do sistema judiciário brasileiro. Nós temos que imaginar uma solução; e uma possibilidade, como o senhor bem colocou, são essas câmaras técnicas.

Voltando ao que alguns dos Parlamentares muito bem colocaram, à diretoria de hospitais, intuitivamente, nós entendemos que é difícil que uma fraude passe ao largo do conhecimento dos hospitais. Mas para a Justiça criminal é um pouco diferente. A gente não pode intuir. A gente precisa de algum indício concreto. Em havendo, iremos atrás. A dificuldade é, de antemão, numa fraude em que se identifique que os indícios são dos médicos, nós desde já partimos para dizer que a gestão dos hospitais tenha conhecimento. Pode ter. Mas assim, não é. A Justiça criminal trabalha com provas, algo mais robusto. Então, esta é a dificuldade.

O Deputado Alceu Moreira colocou também a questão dessa cegueira deliberada dos hospitais, que entra nessa linha. Essa cegueira, de fato, existe. E outros Deputados colocaram também, como o próprio Deputado Adelmo. A par das medidas punitivas, nós estamos adotando uma série de medidas profiláticas junto a todos os hospitais de Montes Claros, através de recomendações e termos de ajuste de conduta que envolvem obrigação de informação imediata de qualquer indício, não crime, mas indício de crimes praticados por médicos ou profissionais de saúde, envolvendo crimes de ação pública por eles praticados, sob pena de responsabilização dos hospitais. Isso não pode tardar. Isso tem que ser imediato.



Segundo, uma maior supervisão sobre procedimentos realizados dentro desses hospitais.

E, terceiro, e principal nesse contexto, um maior controle sobre materiais de alto custo utilizados nesses hospitais. Então, isso está sendo passado via recomendação aos hospitais. E agora nós teremos um controle um pouco maior sobre eles, sob esse prisma. E, quanto a essa cegueira, como o Deputado colocou, não haverá mais justificativa para tanto, porque eles já estão recomendados a adotar tais e quais procedimentos.

Essa Comissão Permanente de saúde que o Deputado Alceu Moreira sugeriu, e a Deputado Raquel Muniz também colocou, é imprescindível para propor soluções e trazer soluções para esses gargalos no sistema de saúde, que não só afetam o sistema em termos econômicos, enquanto fraude, mas principalmente porque matam, porque dilaceram cidadãos na ponta, que são as pessoas, são os pacientes; e a nossa preocupação final deve, sim, Deputada, ser com eles.

Na questão do transplante, respondendo ao Deputado Aliel Machado, pelo menos no Ministério Público Federal não temos informações concretas, aqui em Montes Claros, sobre furo de fila de transplante. Talvez o MP estadual tenha informação. Nós não temos.

Cartelização de procedimentos inexistentes. É muito possível e provável, mas a dificuldade é que é um tipo de crime que se pratica no oculto, entre o médico e o paciente. E a prova disso é muito complicada. É muito difícil de chegar aos olhos e aos ouvidos da Justiça criminal. Este é o ponto. Mas, se os hospitais exercerem uma maior vigilância, isso será possível, sim, de ser feito.

O Deputado Pastor Franklin levantou a questão do número de óbitos. De fato, não fizemos esse levantamento, mas não temos esse dado. Se, eventualmente, em alguns casos, como esse que o senhor colocou, houver dúvida concreta, é possível exumação de cadáveres e uma investigação mais a fundo. Mas não há dúvida de que esses procedimentos desnecessários, inexistentes, eles de fato afetam a saúde, a ponto de gerar óbitos. Quanto a isso, não temos nenhuma dúvida. Nisso o senhor tem toda a razão.

O desvio de materiais dos hospitais públicos para clínicas particulares — o Dr. João levantou isso muito bem —, de fato, existe e foi identificado nessas



investigações. Stents, balões, cateteres, fios-guia e outros materiais... Era simulada a realização, o SUS pagava, e um dos objetivos, além do recebimento da propina da grande indústria, era surrupiar esses materiais para sua utilização em clínicas privadas. Isso foi demonstrado, está demonstrado concretamente, e será repassado para a CPI, a tempo e a modo. Isso, de fato, existiu.

Em relação aos hospitais do SUS, aqui, na verdade, existe um hospital inteiramente público, que é o Hospital Universitário, e outros que trabalham eminentemente com o SUS. A nossa postura, doravante, é no sentido de exercer uma maior fiscalização a partir das recomendações que estamos expedindo. Mas por hora dizer sobre a apropriação de materiais nos hospitais é difícil identificar quem. Houve. Ah, existe?! Quem são os responsáveis? Por isso estamos exigindo, doravante, um maior controle dos setores de almoxarifado e farmácias específicas para cada setor. Existe a farmácia de Hemodinâmica, a farmácia de Ortopedia, para que esse controle possa ser individualizado. Essa providência nós estamos adotando. Chegava-se ao ponto, Deputado, de não existir, no setor de Hemodinâmica, em alguns hospitais de Montes Claros, uma farmácia específica. E esses materiais, não só nos hospitais que foram investigados, ficaram inteiramente à disposição e sob o controle dos médicos que faziam esses procedimentos. E, aí, a fraude era facilitada de uma forma exponencial.

Em relação às colocações do eminente Deputado Odelmo Leão, de fato, tanto a Polícia Federal quando o Ministério Público Federal... O sigilo bancário pode ser solicitado, a quebra, ao juízo; só que o procedimento leva tempo. E a CPI tem uma agilidade muito maior nesses procedimentos. Por isso, a CPI pode, e muito, contribuir com a agilização desses dados para a eficácia, a eficiência dessas investigações. E esse ponto é que se coloca.

O senhor tocou num ponto chave: a cadeia. O médico pode fazer a fraude sozinho? Não. Mas veja bem: ele pode receber sozinho a propina. Isso. Agora, a fraude depende muitas vezes, pelo menos, dos auxiliares imediatos dos médicos. Mas o que é que acontece? O que facilitava a vida desses médicos, especificamente na Hemodinâmica que é um setor específico da Cardiologia, aqui em Montes Claros, era o fato de os hospitais não terem um controle sobre esse material, a farmácia não ter um controle, e esse material ficar à disposição dos



próprios médicos. E com um agravante: nessa linha da pejetização dos médicos, da criação de empresas fantasmas, os hospitais vinham terceirizando o serviço de Hemodinâmica, de forma que funcionários que atuam dentro desse setor eram funcionários dos médicos e não do hospital. E essa situação está sendo revista. Estamos cobrando dos hospitais uma postura distinta para que os hospitais exerçam o efetivo controle não só sobre esses setores, como sobre outros também.

Em relação às colocações da eminente Deputada Raquel Muniz, essa interlocução, Deputada, é imprescindível com os poderes públicos e os cidadãos. Como a senhora sabe, de dentro da classe médica é difícil nós termos essa informação porque existe ainda um grande corporativismo. E nós precisamos contar com o cidadão na ponta e com o poder público municipal em particular aqui, que tem ciência, que tem contato com o cidadão via Secretaria de Saúde, para nos trazer as informações específicas, porque são essas vias que nos trazem, se não as provas, pelo menos o caminho para buscá-las. E, de fato, esse meio médico é muito fechado. Médicos e hospitais; não vamos colocar só médico. Médico é muito fechado.

E até dentro da cultura do imaginário da persecução penal, Ministério Público e polícia, o foco, nos últimos 10, 15 anos, tem sido muito a corrupção política, empresários, políticos. Mas existem nichos de atuação que se tornaram absolutamente blindados e impunes, e um deles é o setor médico-hospitalar. E nesse nós estamos tentando ingressar agora. Nesse setor médico-hospitalar vige uma impunidade em decorrência, primeiro, desse corporativismo; segundo, da dificuldade da informação; e, terceiro, da fragilidade do paciente.

O senhor é médico, o senhor imagine: o paciente fez um procedimento em que a vida dele está em jogo. Muitas vezes, esse paciente tem medo. Ele pagou, mas tem medo de falar. Ele é vítima, mas tem medo de falar.

Então, inclusive com o apoio da imprensa livre, a imprensa local, especialmente, que está lidando com o cidadão diretamente, nós temos a possibilidade de chegar a essas fraudes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Conclua, por favor.

O SR. ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS - Vou concluir. Chegou o momento de espriar o nosso raio de atuação para esses níveis de impunidade, como são



hoje na área de saúde. E estamos abertos, ao poder público e ao cidadão, para recebermos informações e combater esse tipo de impunidade.

Finalmente, o paciente é a vítima. É o ser humano, é a dignidade humana que está em jogo. E, de fato, concordo com a senhora: o olhar nosso tem que ser eminentemente direcionado para essas pessoas, para o seu acolhimento e para a solução de suas pendências.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Muito obrigado, doutor. Eu já agradeço a contribuição e solicito a V.Sa. a cópia da denúncia, do inquérito, dos demais atos relevantes, para que possa nos auxiliar no trabalho desta CPI. Certamente, nós vamos entrar em contato novamente para que V.Sa... Inclusive, estou discutindo aqui com o Relator a possibilidade de solicitar ao Procurador-Geral da República o seu auxílio nesta fase final da Comissão Parlamentar de Inquérito, para que nós, para que com o seu conhecimento adquirido nessa investigação, nessa ação, V.Sa. possa contribuir com o Relator, para que a gente faça o melhor relatório possível.

Muito obrigado.

Eu tenho uma situação para ser colocada aqui. Nós já estamos agora... Já são 11h22min e nós estamos atrasados. Mas, como na parte da tarde vai ter prejuízos, na medida em que há informações de que a possibilidade de serem ouvidos os médicos envolvidos está bastante remota, tendo em vista, parece, a ausência deles da cidade, eu gostaria de... Já conversei aqui com os demais membros da Comissão. Nós vamos fazer um andamento da Comissão sem intervalo para almoço. Nós vamos só fazer uma refeição rápida aqui para ter o melhor aproveitamento possível da nossa vinda aqui. E vamos... E, aí, nós solicitamos às pessoas que foram convidadas, aos nossos convidados, que tenham paciência, na medida em que nós vamos fazer, inclusive, no horário do almoço, as oitivas que necessitamos fazer aqui em Montes Claros.

Gostaria de agradecer mais uma vez ao Dr. André e solicitar também já ao Dr. Marcelo Eduardo Freitas para que ele possa assumir aqui a Mesa, vir aqui até a mesa e possa também ter o tempo de 10 minutos para discorrer sobre a operação, dentro daquilo que ele puder fazer, já que ele foi o médico, foi o delegado chefe da



Operação Desiderato. E ele certamente haverá também de, a exemplo do Dr. André, de dar contribuição bastante importante para esta Comissão.

O senhor tem 10 minutos. E, ao findarem os 10 minutos, o senhor solicita o tempo adicional que for preciso para que a sua fala tenha a inteireza daquilo que V.Sa. possa contribuir para esta Comissão.

Desde já, também agradecemos. O senhor, desde o primeiro momento, em todas as tratativas que tivemos, não só comigo e com Relator, como à própria secretaria da Comissão, o senhor se mostrou, a todo o momento, como a própria Polícia Federal do Brasil, sempre disposto a contribuir para que a gente, em conjunto, possa encontrar caminhos que possam definitivamente sepultar eventos tão negativos como esse acontecido aqui em Montes Claros. Então, o nosso agradecimento a V.Sa. e a toda a corporação da Polícia Federal de Montes Claros, de Minas Gerais e do Brasil.

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Muito obrigado, Deputado Geraldo Resende, a quem cumprimento, e cumprimento a todos os demais Deputados Federais aqui presentes, em sua pessoa e na pessoa da Deputada Raquel Muniz, egressa desta cidade de Montes Claros e que nos representa na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Cumprimento os Vereadores aqui presentes, na pessoa do colega e policial federal Cláudio Prates, a quem estendo os cumprimentos a todos os demais Vereadores.

Cumprimento o nosso Prefeito, e, na pessoa do Prefeito, cumprimento todas as pessoas aqui presentes.

O Dr. André esclareceu muito bem sobre a Operação Desiderato. Nós tivemos o cuidado de fazer um compilado com algum resumo. Eu vou procurar levar cada um dos pontos abordados, para, com aquele espírito de síntese, dentro dos 10 minutos inicialmente previstos, tentar concluir a minha exposição e partir para as perguntas.

A Operação Desiderato teve por propósito desarticular a organização criminosa responsável pela realização de procedimentos, especificamente neste momento inicial, na fase I da área cardiológica, sem a imprescindível necessidade clínica.



Obviamente, as investigações estão sendo direcionadas para outros ramos da Medicina, porque essa parte de órteses e próteses não ficou adstrita simplesmente à área cardiológica. Mas esse foi o foco inicial do nosso trabalho.

Neste momento, Sr. Presidente, eu trago uma mídia, um CD, com a operação policial totalmente digitalizada e passo às mãos da Comissão para poder fazer uso. O sigilo dos autos foi levantado, com exceção do sigilo fiscal. Essa mídia pode ser encaminhada à Comissão, com cópia integral do inquérito policial conduzido pela Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Peço ao Secretário Tarcísio para já colocar nos autos.

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - O foco inicial do trabalho ficou adstrito à questão dos pacientes atendidos inicialmente pelo SUS. Mas, seguindo a linha apresentada pelo Dr. André, é possível afirmar com clareza que as fraudes aqui investigadas se estendem também aos planos de saúde e aos pacientes atendidos de maneira particular, já que nós conseguimos constatar que, por exemplo, naquilo que se refere à implantação de stents, havia uma maximização da necessidade do stent farmacológico, por exemplo, de modo a dar azo a que aquele stent farmacológico fosse desviado e implantado em um outro paciente que se dignava a pagar por fora o grupo médico investigado. Havia o desvio do plano de saúde ou do cliente particular, de modo a atender à finalidade daquele que se dignava a pagar por fora, não obstante o pagamento já ter sido efetivado pelo próprio plano de saúde.

E o que se apurou? Diz-se que o SUS paga pouco naquilo que se refere a órteses e próteses. Apurou-se que, por cada stent convencional implantado na fase inicial, o núcleo empresarial pagava para o grupo médico o valor aproximado de 500 reais. No caso de stent farmacológico, esse valor já subia para mil reais.

De modo a dissimular essa prática, o que as empresas fizeram? Elas criaram um contrato fictício de prestação de serviço. Esse contrato fictício de prestação de serviço previa a prestação de serviços médicos e administrativos, na modalidade de consultoria técnica, treinamento de médicos e vendedores, pesquisa de mercado, apoio técnico em congressos nacionais e internacionais, palestras, prospecção de novos produtos em eventos médicos, enfim, uma situação que, de fato, não



aconteciam. E buscou-se dar esses contornos de legalidade simplesmente para poder justificar a propina paga pelo médico.

O valor pago pelo SUS pelo procedimento pode até ser barato, mas todos sabemos que o valor pago pelo Sistema Único de Saúde àquilo que se refere a órtese e prótese é absolutamente satisfatório, a ponto de dar azo a que propinas sejam pagas de maneira efetiva, não só em nossa região, mas em todo o território nacional.

O valor pago — só para que se tenha uma dimensão —, a título de propina, em menos de 3 anos, apenas ao grupo médico investigado, ou seja, uma pessoa jurídica, chegou a 1 milhão e meio de reais, de apenas uma das empresas. E da outra — a outra empresa tinha o hábito de pagar em espécie; as investigações demonstraram isso —, 450 mil reais. Então, as fraudes geram consequências desastrosas, especialmente para a população carente de nosso País.

O que nós constatamos nessa investigação? A reunião de pessoas: médicos, servidores públicos... Como disse o nobre Deputado Odelmo Leão, é imprescindível a participação de servidores públicos de apoio àquela carreira de apoio para que a fraude também aconteça, especialmente no faturamento e consequente pagamento pelo Sistema Único de Saúde. Então, nós constatamos a união dessas pessoas para a reiterada prática de desvios, em detrimento do tão sofrido Sistema Único de Saúde, em nosso País.

Nós constatamos, ainda, a realização de procedimentos médicos absolutamente desnecessários em pacientes, simplesmente para simular a implantação, no caso específico, de stents, particularmente angioplastias, gerando um trauma eterno ao ser humano.

Na parte da tarde, os senhores terão a oportunidade de ouvir pessoas que acreditam que realmente foram submetidas ao procedimento, mas, de fato, a insegurança gerada por essa prática gerou um fato constrangedor, complicado e ofensivo à dignidade do ser humano, porque não podemos saber se realmente os stents foram efetivamente implantados naqueles pacientes. E mais ainda: para aqueles que se dignaram a pagar por fora, nós não sabemos se foi implantado o stent farmacológico ou o stent convencional.



Os médicos elaboravam, em regra, naquilo que se referia à fraude ao Sistema Único de Saúde, dois laudos diversos. Um laudo, por vezes, era entregue ao paciente, apresentada a situação regular dele; o outro laudo era encaminhado ao Sistema Único de Saúde — SUS, maximizando a lesão do paciente. As investigações mostram cada um desses pacientes e a maneira como os médicos inicialmente faziam isso. No cateterismo encaminhado ao paciente, a lesão estava regular; no cateterismo encaminhado ao Sistema Único de Saúde, a lesão era maximizada, de modo a dar azo à simulação de procedimentos com a implantação de stents.

Nós apuramos também que, em virtude dessa situação de simulação de procedimentos, houve a criação de um estoque paralelo de stents. Eles geraram um estoque paralelo. Esse estoque paralelo, como bem falou o Dr. João, era encaminhado a clínicas particulares para serem usados em pacientes que se dignavam a pagar por fora. Então, o núcleo de apoio realmente já confirmou isso, e o próprio médico ouvido confirmou. Já digo de antemão que eu tenho a absoluta convicção de que eles vão se furtar a se apresentar nesta CPI. Estão buscando se furtar. Obviamente iriam fazer isso. Nós tentamos intimá-los, mas estão buscando se furtar. Mas utilizavam em clínicas particulares, sem dúvida alguma, nesse sentido. E o paciente entra numa situação tão complexa e tão constrangedora que não tem condição de dizer se realmente foi ou não colocado aquele stent em seu peito.

Um caso inicial que me chamou a atenção foi da paciente Marli Ângela. Ela não vai ser intimada, mas, no caso dessa paciente específica, e os autos... Houve levantamento de sigilo. Os médicos realmente simularam o procedimento nessa paciente específica. E outro grupo médico foi fazer os exames e *constatou*: “*Não há stent nenhum, embora o SUS tenha pago dois stents para essa paciente*”. Isso tem acontecido de maneira reiterada. Vários foram os casos na investigação policial demonstrada nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Qual o nome da paciente?

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Marli Ângela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado.



O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Apuramos ainda... Foi perguntado aqui... Ocorreram óbitos de pacientes que simplesmente acreditavam ter feito procedimentos, mas a realidade é que não tiveram a oportunidade de saber se o procedimento fora de fato realizado. Então, isso aconteceu. Cito o caso do paciente Vadiolano, em que a família pagou 40 mil reais por fora. O paciente veio a óbito posteriormente, veio a óbito posteriormente e não teve a oportunidade de saber se o procedimento fora de fato realizado.

Essas fraudes aqui apresentadas — com a participação da CPI, certamente nós vamos fazer com que essa situação se propague por todo o País — ofendem, violam absolutamente a dignidade do ser humano. Não é aceitável. Nós não podemos permitir que profissionais da área médica mercantilizem a profissão, de modo a gerar, sem dúvida alguma, o simples interesse capitalista, gerando um trauma eterno ao ser humano, gerando óbito, gerando sofrimento a milhares de famílias em nosso País, já que a fraude se estende por todo o território nacional.

Em virtude do controle paralelo de stents — é um ponto interessante —, diversos materiais, diversos stents e materiais que seriam utilizados em procedimentos cardiológicos simplesmente perderam a validade, não foram utilizados em pacientes que estão aí agonizando, à espera de um procedimento. Foram arrecadados — apenas a guisa de exemplo — mais de 300 mil reais em materiais, objetos de um controle paralelo, gerado por essa situação capitaneada pelos médicos investigados. Nós constatamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Doutor, finalizaram os 10 minutos. V.Sa. precisa de mais quantos minutos?

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS – Dê-me mais 5 minutos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Mais 5 minutos.

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Cinco minutos, e eu finalizo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Concedido, com a aquiescência da Mesa.

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Obrigado, Presidente.

Nós constatamos também a questão da dupla cobrança, muito comum em pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde. O paciente era atendido, e o procedimento era todo custeado pelo SUS, mas os médicos ainda se dignavam a



cobrar por fora. É uma questão extremamente complicada e está acontecendo de maneira muito recorrente.

Foram firmados dois acordos de cooperação processual premiada, que posteriormente, certamente, serão estendidos à CPI. Nesses acordos, parte do grupo médico realmente confirma toda essa situação aqui apresentada, confirma o recebimento de valores e confirma a simulação de procedimentos simplesmente para gerar a questão capitalista, o recebimento de valores por parte das empresas.

Um ponto interessante foi aqui perguntado, e eu já apresento de antemão: qual é a proposta de intervenção? Sempre tenho o hábito de dizer o seguinte: uma operação policial tem, inicialmente, uma atuação reduzida, mas nós podemos fazer uma proposta de intervenção; e aqui, de público, apresento a esta egrégia Comissão. A venda especialmente de produtos próprios à área cardiológica, stents, é feita levando-se em consideração o lote do produto. E um lote do produto pode conter vários produtos diversos. A consequência, nós temos concretamente demonstrado nos autos, é que, se o controle desse produto fosse efetivado pelo número de série, sem dúvida alguma a fraude poderia ser minimizada.

Proposta de intervenção: que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária seja instada a efetivar o controle de órtese e prótese pelo número de série de produtos e não somente pelo lote do produto, permitindo-se, assim, que os órgãos de controle possam efetivamente rastrear cada prótese implantada em nosso País.

Nós temos, concretamente, um caso que demonstra bem essa situação, que é o do paciente Joaquim Ramos. O paciente foi submetido a uma angioplastia. No momento em que ia colocar um filtro de proteção cerebral... *“Onde está o filtro?”* A farmácia informou que não o teria. O médico falou: *“Eu vi o filtro lá. Eu vi o filtro”.* *“Não tem, não tem.”* O filtro apareceu. O médico tirou foto, mostrou-nos o filtro que foi utilizado no paciente. Quando nós fomos rastrear o filtro, conseguimos constatar que esse filtro teria sido utilizado em duas outras pacientes, no ano de 2013. E o filtro que havia sido faturado e pago para esse paciente — o médico tirou fotografia e nos mostrou — já era outro objeto de um outro lote diferente. Uma dupla fraude para o mesmo filtro de proteção cerebral. As fraudes têm sido feitas de maneira recorrente. As investigações demonstram isso. O tempo é curto.



Por fim, Sr. Presidente, os crimes investigados são gravíssimos e ao nosso sentir se estendem, sem dúvida alguma, para todo o território nacional. Daí a importância desta Comissão aqui. Desde o primeiro momento nós focamos essa relevância da presença da Comissão aqui em Montes Claros para tentar fazer com que essa discussão não fique adstrita simplesmente ao âmbito local e possa se estender, sem dúvida alguma, para todo o território nacional e para outros ramos da área médica.

O Dr. André bem esclareceu os fatos. Nós estamos à disposição desta Comissão para eventual inquirição e para esclarecer pontualmente as perguntas que nos forem feitas.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Dr. Marcelo Eduardo Freitas.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Meus cumprimentos ao Dr. Marcelo, que, desde a operação, sempre vem atendendo as nossas solicitações, os nossos telefonemas, dando retorno de informações.

Antes de começar o questionamento ao Dr. Marcelo, eu quero lamentar a informação repassada pelo Presidente de que os médicos viriam aqui, mas, por alguns escapes jurídicos, não virão.

Eu defendo, Dr. Marcelo, que o que estão focando hoje é a minoria dos médicos. A maioria dos médicos trabalha e passa madrugadas e madrugadas nos hospitais, longe da família. E, por esses médicos, nós temos que ter consideração e respeito. Porém, há uma minoria maculando a maioria; uma minoria sem escrúpulo, uma minoria que não tem a mínima sensibilidade no que diz respeito a ganhar dinheiro. Inclusive, V.Sa. é testemunha disso, quando vê pessoas lesionadas parcialmente, definitivamente, e até mortas por pessoas que não têm interesse nenhum na vida, apenas interesse financeiro.

Mas, começando os questionamentos a V.Sa., eu lhe faço a seguinte pergunta: em uma análise preliminar, em quais crimes os supostos acusados poderiam ser incluídos?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ao Relator é dada essa prerrogativa. O senhor pode responder os questionamentos que ele fizer, já que ele vai ter que elaborar o relatório. E depois V.Sa. responderá ao conjunto das perguntas dos outros Deputados de uma feita só.

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Nobre Deputado André Fufuca, os médicos todos foram incursores nos crimes de estelionato, em detrimento do Sistema Único de Saúde — art. 171, § 3º — qualificado. Eles entraram também na questão da falsidade ideológica, especialmente na simulação dos procedimentos — um procedimento era encaminhado ao paciente e outro era encaminhado ao SUS —; do uso do documento falso, que era utilizado justamente para poder permitir o faturamento indevido e o pagamento pelo Sistema Único de Saúde. Eles também foram indiciados pela questão da corrupção passiva (os médicos), da corrupção ativa (o grupo empresarial), além da participação em organização criminosa. As penas, abstratamente, são muito elevadas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quatro crimes gravíssimos.

Em relação ao relatório, é possível ser encaminhado ao Ministério Público há quanto tempo essa conduta está sendo praticada? Nós podemos extrair do relatório há quanto tempo — se há 1 ano, se há 10 anos —, se é uma prática antiga, uma prática corriqueira? Nós podemos extrair isso do relatório?

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Sem dúvida alguma, as investigações focaram do ano de 2011 até o ano de 2015, mas elas aconteciam certamente antes do ano de 2011.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Há indícios, não é?

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O senhor falou a respeito de 450 mil reais pagos a uma empresa no *cash*, no dinheiro. Esse levantamento foi feito através da delação? Como foi feito?

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Foram feitos através de delação premiada e por intermédio de depoimentos, também, de pessoas que atuam na base empresarial do grupo médico. Essas pessoas confirmaram realmente os pagamentos em espécie, via de regra efetivados, vindos do próprio setor, no hospital.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Pode-se dizer que se trata de uma prática generalizada, no caso.

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Sem dúvida alguma. Uma das empresas investigadas efetivava desta maneira: o pagamento em espécie, até para dificultar o rastreamento dos órgãos de controle.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Aí eu volto a lhe fazer um questionamento que não foi meu, porém nos causa dúvida. Eu lhe pergunto: em relação... Aqui é uma cidade onde há três faculdades de medicina, há vários hospitais. Montes Claros é conhecida pela formação acadêmica, no que diz respeito à área da saúde. Eu lhe pergunto: há indícios ou suposições de que nas filas de transplante também haja essa prática do pagamento por fora, no que diz respeito a se furar fila para se fazer a cirurgia, como também acontecia no caso das próteses?

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Nós acreditamos que sim, Deputado. Infelizmente, a mercantilização da prática médica tem permitido que aqueles que se dignam a pagar por fora e a pagar mais tenham um melhor atendimento, sem qualquer critério em relação àquilo que se refira aos direitos da pessoa humana. Então, a mercantilização certamente tem permitido que as situações aconteçam.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Em relação a esses atores envolvidos, eu gostaria que — como você já passou, e eu lhe agradeço muito— nós focássemos isso e tivéssemos um olhar nessa direção.

A fila de transplante, em nosso País, às vezes, chega a 10 anos. Então, no momento em que você está pagando por fora para ter o que é seu de direito, que você está esperando, você está assassinando. É uma prática de crime hediondo, como disse o Deputado Alceu. Nós devemos penalizar isto: o médico que trabalha e o médico que usa cirurgia desnecessária e, principalmente, recebe dinheiro para escolher quem vai viver e quem vai morrer. Nós devemos penalizá-lo. Isso é uma prática nefasta.

A última pergunta: esse problema do pagamento por fora, do uso desnecessário de stents, da colocação de stents de forma desnecessária, no Estado de Minas Gerais e no País, nós podemos dizer que é uma questão pontual ou é uma questão endêmica setorial, que se envolve por toda a Nação?



O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Eu não tenho o menor receio em dizer que é uma questão generalizada, especialmente porque, quando das buscas e apreensões efetivadas no grupo empresarial — e esse material está sendo analisado pela Polícia Federal —, nós podemos observar que as práticas se estendem por todo o território nacional. Inclusive, foi muito bem focada a questão do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Estendem-se por todo o território nacional. Então, o núcleo empresarial, os grupos empresariais têm permitido que essa prática aconteça de maneira disseminada em todo o território nacional.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Você considera, como o Procurador André diz, que o pilar são as multinacionais?

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Sem dúvida alguma. O núcleo empresarial, o grupo empresarial é o centro das fraudes em todo o território nacional. Nós temos que criar um mecanismo para impedir que essas empresas paguem aos médicos essas supostas bonificações, que na verdade são propinas. Especialmente àqueles médicos que atuam atendendo pelo Sistema Único de Saúde, que é o foco inicial das investigações. Nós não podemos permitir que essas bonificações venham a acontecer de maneira tão natural como têm acontecido.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Eu falei que seria a última pergunta, mas essa aqui é interessante, até para a questão do encaminhamento do relatório.

V.Sa. disse que um possível encaminhamento na coibição do que diz respeito às próteses seria a ANS fazer o controle não do lote, mas da série. Inclusive, já há alguns avanços em outros países, em relação a isso. Em porcentagem, no momento em que nós mudássemos isso, V.Sa. acha que cairia em quantos por cento, no que diz respeito à prática da máfia?

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - Na área cardiológica, para o grupo médico investigado, nós estimamos que pelo menos 50% eram procedimentos fraudulentos. Na área cardiológica, para o grupo médico investigado.

A situação era tão fácil, ficava tão exclusiva aquela negociação feita entre o núcleo empresarial e os grupos médicos que todo mundo achava isso absolutamente natural. E a consequência era a seguinte: se eu recebesse por próteses implantadas, vamos dizer assim, nesse caso específico, obviamente eu iria gerar uma situação de maximização, eu iria maximizar a quantidade de



procedimentos. Iria receber por fora da mesma maneira. Então, isso agravou ainda mais a situação, no intuito do recebimento da propina, que é o ponto específico. E, além do recebimento da propina, aumentando o recebimento do valor pelo médico, também se gerava um estoque paralelo, que eu poderia utilizar em quem se dignasse a pagar por fora. Então, eu receberia de todas as maneiras possíveis, sem qualquer respeito ao ser humano.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Muito obrigado, Dr. Marcelo. Mais uma vez eu lhe agradeço.

O Brasil, hoje, tem conhecimento disso, graças ao seu esforço e ao esforço das autoridades competentes. Com a ajuda de vocês, nós iremos, sim, coibir essa prática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado André Fufuca.

Vamos, agora, inverter a ordem. A primeira a fazer os questionamentos é a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Quero cumprimentar o Dr. Marcelo. Cumprimentando-o, nós estamos cumprimentando a gloriosa Polícia Federal de Montes Claros. Estou com vocês.

Quero também falar para os meus colegas Deputados que aqui em Montes Claros, historicamente — é importante vocês saberem, pois temos a presença do nosso Conselho de Saúde aqui —, nasceu o SUS.

Esta Comissão vai ter um papel importante também aqui, porque está sendo realizada onde nasceu o SUS. Que aqui possamos esclarecer para o Brasil todas essas irregularidades na saúde e, através da nossa Comissão — e com a minha pequena participação —, também montarmos uma saúde diferente para o nosso País. Não podemos dizer que faltam recursos. Os recursos são poucos, mas têm que ser fiscalizados, têm que ser bem aplicados.

Dr. Marcelo, eu gostaria de saber o seguinte: o senhor fala do esquema, da hora em que vocês foram fazer a investigação, em que foram surgindo as provas dentro do hospital. O senhor acredita que foi possível acontecer isso sem que a administração do hospital tivesse conhecimento disso? Nós sabemos que até



médicos envolvidos foram penalizados há algum tempo, porque cometeram irregularidades, no caso do paciente Vadiolano. Um médico foi punido por 180 dias, deixou de trabalhar; em seguida, foi atenuada a sua pena nesse processo administrativo e ele retornou ao trabalho. Será que pelo menos o pecado da omissão dos dirigentes do hospital não está caracterizado nas investigações?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Concedo a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Obrigado, Deputada Raquel.

A Deputada Raquel vai ter que se ausentar por alguns minutos, tendo em vista uma entrevista que ela vai conceder. Então, no final, o doutor responderá em conjunto, inclusive o questionamento que ela fez.

Tem a palavra o Deputado Adelmo.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero lhe fazer uma pergunta, Dr. Marcelo. Não precisa respondê-la, porque ela tem um componente de subjetividade. Mas a subjetividade faz parte também da nossa caminhada e das nossas decisões, embora eu entenda que existem questões objetivas que precisam prevalecer sobre os nossos sentimentos. Mas, se um filho seu, ou a esposa, ou um parente, ou uma pessoa querida, ou V.Sa. mesmo tivesse que se submeter a uma cirurgia dessa natureza, não tendo outras oportunidades — porque a maioria das pessoas, diante do médico, não tem outras oportunidades a não ser decidir com ele uma situação dessa, uma cirurgia —, e ele lhe pedisse, por fora, um recurso, sabendo que ele vai não com uma arma, que ele tem um bisturi na mão, ou tem um instrumento na mão que pode atingir o seu coração, os seus vasos sanguíneos, as suas artérias, e dissesse que precisa receber mais, como V.Sa. se sentiria diante de uma situação dessa?

Eu queria fazer outra pergunta: se hoje, aqui em Montes Claros, uma pessoa que fosse identificada pela polícia tivesse passado num supermercado, numa loja ou mesmo na rua e tivesse furtado um litro de vinho, uma camisa e uma bicicleta, onde estaria essa pessoa hoje? E onde se encontram as pessoas que, eventualmente, diante de uma pessoa humilde, simples, ou diante das fraquezas da vida, de uma pessoa doente, necessitada de uma cirurgia, e agora identificadas como tendo feito uma prática criminosa? E me parece que o crime é bem maior do que roubar uma



bicicleta. Onde se encontram essas pessoas hoje? Como se encontram, hoje, os médicos que foram identificados pela Polícia Federal como tendo cometido os crimes graves? Onde eles se encontram?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Pastor Franklin, V.Exa. tem 2 minutos.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Dr. Marcelo, parabéns pelo trabalho que está sendo feito aí.

Eu queria ir logo às perguntas. Eu tenho algumas perguntas para o senhor. Eu queria que o senhor as observasse.

Como é que se beneficia ou se beneficiava o médico ao passar para o paciente um laudo mais confortável, já que a finalidade era só lucrar e, na minha opinião, o paciente não entendia de nada? O senhor citou que para o paciente ele passava um laudo mais simplificado e para o SUS ele passava um laudo mais agressivo. Eu queria entender o porquê. Qual o benefício que o médico tinha com isso.

Queria falar para o senhor que, conforme o nosso querido Relator, Deputado Fufuca, afirmou, nós vamos fazer de tudo, vamos nos empenhar em trabalhar no controle pelo número de série, não mais pelo lote, como o senhor falou. Vamos fazer de tudo para que isso aconteça, se é que isso já não está tramitando na Câmara.

Eu queria também perguntar ao senhor... Quando o Deputado Fufuca perguntou ao senhor em que crime se enquadravam aquelas pessoas, o senhor falou bastante de situações aí. Eu queria saber do senhor se não é possível também enquadrar essas pessoas no crime qualificado, já que o art. 121, § 2º, fala claramente que é um crime de indecência moral e de fragilidade, ou seja, de atender, de ver uma pessoa com a fragilidade e se aproveitar daquele momento. Eu acredito que as atitudes que esses médicos vêm tomando se enquadram muito bem no homicídio qualificado, porque é um crime realmente absurdo.

Sem mais perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Concedo a palavra ao Deputado Dr. João.



O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Dr. Marcelo, bom dia.

Aproveito a oportunidade para parabenizá-lo por esse belo trabalho que o senhor está realizando aqui em Montes Claros, juntamente com a sua equipe, dando exemplo ao Brasil todo.

Eu quero aqui também parabenizar o Deputado Adelmo, pela bela pergunta que ele fez.

Dentro desse contexto, em relação ao Rio de Janeiro, nós tivemos o depoimento do ex-assessor do diretor do plano dos Correios do Rio de Janeiro, que é estatal. Ele confessou abertamente a realização de uma cirurgia de coluna autorizada pelo grupo — autorização da Direção dos Correios, junto com o diretor do hospital e a equipe médica —, que sairia por menos de 200 mil, e foi cobrado 1 milhão de reais. E os Correios pagaram, porque havia um conluio entre eles.

Ele mesmo se denunciou. Disse que internou, no papel, no prontuário, na papeleta, a esposa dele, que ficou quase 40 dias internada na UTI de uma determinada casa de saúde, no Rio de Janeiro — só no papel. A esposa dele estava em casa, passeando, em festas — fotografaram-na em algumas festas —, e o prontuário lá, comendo o dinheiro dos Correios.

Então, isso é crime que não pode passar impune. O Brasil todo tem conhecimento disso. A Polícia Federal do Rio de Janeiro tem conhecimento disso. Então, eu não posso admitir isto: as pessoas estão confessando esse tipo de crime, e nada está acontecendo.

Então, nós temos que dar exemplo, e o senhor está dando um exemplo grande, aqui em Montes Claros.

Eu queria fazer a seguinte pergunta ao senhor: como se posicionou o Conselho Regional de Medicina, aqui em Montes Claros, em relação a esses médicos, a essas casas de saúde, principalmente em relação aos médicos que foram apontados nesse processo?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Foletto.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Dr. Marcelo, a fala do senhor, junto com a do Dr. André, só repetindo, foram muito claras e esclarecedoras. Eu fiquei



feliz, porque eu tenho batido na tecla, na nossa Comissão, de que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Agência Nacional de Saúde e o Ministério têm que participar mais ativamente desse controle. Se não for feito um sistema de controle, nós podemos alimentar essa cadeia de anormalidades que o pessoal do Governo chama de malfeito, mas que é roubo, corrupção. Isso tem que ser corrigido com cadeia. Não há outro adjetivo para isso.

O Deputado Dr. João fez um trabalho brilhante no Rio de Janeiro, quando detectou que os cinco ou seis hospitais federais do Rio de Janeiro — todos eles — têm anormalidades. Um é com prótese mamária, o outro é com prótese arterial, o outro é com joelho, o outro é com quadril, e por aí vai.

Só para reafirmar uma fala do senhor, quero saber se o senhor concorda que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Agência Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde têm a obrigação de estar conosco nesse processo e que os senhores poderá dar uma contribuição muito grande para eles, se eles assim o quiserem? Porque, se não se quiserem, vai continuar do mesmo jeito, vai ficar difícil nós corrigirmos. Mas, se quiserem, há jeito de corrigir as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Dr. Marcelo, porque somos, na verdade, oriundos de diversos setores — muitos de nós não têm formação jurídica —, temos imensa dificuldade de fazer esse exercício com a qualificação profissional que se deseja. No entanto, eu não quero fazer nenhum questionamento ao senhor. Quero apenas dizer o seguinte: utilize esta CPI com toda a intensidade necessária, para que nós possamos fazer os atalhos que é preciso fazer para chegar a conclusões.

Por exemplo, para um leigo... Nós não conseguimos compreender como é que dois bandidos, que todo mundo sabe que lesaram o Sistema de Saúde de Montes Claros, estão livres, soltos. E quando a CPI vem aqui, vão passear em Belo Horizonte. Como é que não os prenderam ainda? Se fosse ladrão de galinha, já estaria na cadeia há tempo. Como é que eles estão soltos e não foram presos?

Então, nós estamos à disposição para que usem esta CPI como instrumento para cumprir o desiderato que vocês desejam, por favor.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Aliel Machado.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Delegado Marcelo, quero parabenizá-lo, primeiro, pela atuação. A Polícia Federal, não só aqui, mas no nosso País, vem dando um exemplo ao coibir práticas ilícitas que nós percebemos não só dentro da política, mas em muitos setores da nossa sociedade. Existe a necessidade da participação popular em coibir isso, mas a necessidade técnica e a força que se dá dentro da Polícia Federal são de suma importância.

Averiguando alguns documentos, delegado, nós sabemos que houve aqui, dentro desse processo investigatório feito por V.Sa., algumas delações. Sabemos também que, na prática desses crimes que nós estamos investigando, existiam alguns acordos voltados para empresas de representatividade nacional, muitas vezes até internacionais; que aconteciam, muitas vezes, esses acordos dentro de congressos, fora, inclusive, do Município da prática do crime ilícito. Também sabemos que, apesar da dificuldade no entendimento técnico de um juiz ou de um promotor no pedido da liberação de uma cirurgia, de um procedimento, existem também acordos — aconteciam em muitos lugares para liberação com mais facilidade, inclusive com direcionamento de pedido para facilitar isso, numa conjuntura nacional.

Especificamente, ponderando essas colocações e respeitando também o sigilo que deve haver dentro das investigações, mas que, para nós da CPI, é de suma importância para dar o direcionamento e conseguir fazer uma construção na lógica dessa situação, que também será alicerçada dentro do relatório que irá contribuir bastante com essas denúncias, queria saber se foram encontrados aqui, pela Polícia Federal, esses indícios de participação dessas empresas que fazem interligação com uma rede nacional — nós já encontramos lá — e se isso tem ligação com o caso específico, aqui na cidade de vocês, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Aliel Machado.

O Deputado Relator quer fazer uma pergunta adicional. Então, eu passo a palavra ao Deputado Relator.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Com relação a alguns médicos que foram à CPI, nós encontramos indícios de que eles, para poder burlar e afastar a investigação, chegavam a abrir firmas em paraísos fiscais. Um exemplo foi o Dr. Fernando Sanchis, que tinha empresas em Miami e em outros locais.

Paraísos fiscais são uma denominação que eu estou dando — não quer dizer que sejam. Eu lhe pergunto: aqui em Montes Claros também há casos de médicos que, após perderem o credenciamento do SUS, após perderem o credenciamento dessas multinacionais, após perderem o credenciamento na venda de produtos, também abrem empresas em outros países, como Uruguai e Estados Unidos, para continuarem fazendo a mesma coisa?

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - A investigação não chegou a discutir a transnacionalidade do delito, essa possibilidade de abrir empresas fora ou de enviar valores para fora. Não chegou a esse pormenor. Entretanto — isso nós podemos falar, não há dificuldade nenhuma —, com os bloqueios que foram efetivados inicialmente em espécie, houve o bloqueio de aproximadamente 17 milhões de reais. Apenas na conta de um dos investigados, pessoa física — aqui não me refiro à pessoa jurídica —, houve bloqueio, em espécie, de 5 milhões de reais. Então, para deixar mais de 5 milhões de reais em conta de pessoa física, alguma coisa está indo muito bem, o que nos permite dizer — eu não estou afirmando, não estou estabelecendo juízo de certeza — que há possibilidade, sim, da remessa de valores e da abertura de empresas em paraísos fiscais, com a finalidade específica de ocultar a origem ilícita desses milhões de reais adquiridos, sem dúvida alguma, à custa do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - V.Sa. pode responder a todos os questionamentos feitos, mencionando os Deputados que fizeram as indagações.

O SR. MARCELO EDUARDO FREITAS - O primeiro ponto é especificamente com relação ao questionamento da Deputada Raquel Muniz, alusivo à questão da participação da administração do hospital nas fraudes.

Na Polícia Federal — e eu represento a Polícia Federal aqui na minha região —, nós adotamos, por prudência, a ideologia, a ideia de respeitar as instituições. O que eu posso asseverar é o seguinte: o Hospital Santa Casa de Montes Claros, o



Hospital Dilson Godinho de Montes Claros ou os demais hospitais não têm qualquer participação na fraude; são, evidentemente, vítimas de toda a prática criminosa. É a ideia do mais absoluto respeito às instituições. Essa afirmação não pressupõe uma exclusão da responsabilidade de diretores atuais ou de ex-diretores. Nessas investigações, todas as informações solicitadas pelos provedores, pelos superintendentes, todas, sem exceção, foram prontamente atendidas.

A Polícia Federal e, tenho certeza, o Ministério Público se colocam à disposição do poder público — reitero as falas do Dr. André — ou de qualquer particular que, eventualmente, apresentar qualquer desvio de conduta, para qualquer um dos administradores ou superintendentes, em qualquer situação, e nós, sem dúvida alguma, vamos aprofundar as investigações.

O que eu posso asseverar — e devo registrar de público — é que, em nenhum momento, nessas investigações, houve qualquer oposição da diretoria de qualquer um dos hospitais investigados. Nós tivemos amplo e irrestrito acesso, seja aos prontuários, seja à situação de cada um dos pacientes, vítimas do grupo médico investigado. E, de maneira bastante responsável, tenho que transmitir isso aqui para os senhores.

A pergunta do Deputado Adelmo Carneiro Leão, sempre pertinente, é a respeito do pagamento por fora. Sem dúvida alguma, é uma situação complicada, em que os médicos — é o crime de concussão — exigem do particular o pagamento por fora para fazer um atendimento custeado, muitas vezes, pelo plano de saúde ou pelo seguro de saúde.

Não tenho dúvida alguma de que, se fosse exigido de mim, para atender o interesse de um familiar meu, eu pagaria, já que se cuida de saúde. Aqui a situação é muito mais complicada. Aqui a questão é mais complicada ainda do que utilizar uma arma branca, como a faca, como está acontecendo com muita incidência no Rio de Janeiro, ou uma arma de fogo. Aqui é muito mais complicado. Eu botei isso expressamente na minha representação. É o peso do jaleco branco. É peso que, sem dúvida alguma, um particular ou um pobre coitado, que depende da saúde, não vai deixar de pagar, em hipótese alguma.

O segundo ponto é com relação à questão — novamente muito pertinente — do furto ou do roubo praticado por qualquer um aí.



Nobre Deputado, nós não temos a menor dúvida de que o sistema de justiça criminal é absolutamente seletivo. Encaminhando ao cárcere, encaminhando para trás das grades, há apenas alguns selecionados. E, para se ter uma dimensão, o Departamento Penitenciário Nacional criou o Top 9. São os tipos que mais encaminham ao crime: furto, roubo, latrocínio, estupro, tráfico de entorpecentes, homicídio, porte ilegal de arma de fogo, formação de quadrilha. Nem de longe se inclui nesse Top 9 o gênero corrupção, o que é extremamente lamentável. E, como o Dr. André bem colocou, nós colocamos sempre a corrupção na seara política, o que é um equívoco terrível. Aqui nós estamos discutindo a corrupção na área médica. Então, nós temos que cuidar para evitar que essas práticas realmente persistam e realmente aplicar punições mais rígidas, mais severas em situações tão nocivas ao povo, como essas aqui apresentadas.

Quanto ao questionamento do Deputado Pastor Franklin, a respeito do benefício médico — quais são os benefícios que os médicos teriam —, é simples. Ao simular esses laudos que eram encaminhados ao Sistema Único de Saúde, os médicos geravam a possibilidade de um faturamento e conseqüente pagamento, pelo Sistema Único de Saúde, por stents não efetivamente utilizados nos pacientes. Aqueles stents eram objeto de um controle paralelo e posteriormente eram utilizados em clínicas particulares, em pacientes que se dignavam a pagar por fora. É o primeiro mecanismo de roubo do dinheiro do povo. E o segundo, simples: para cada stent que eu, efetivamente, disse que implantei, eu recebo, por fora, das empresas. As empresas pagavam bonificação aos médicos por número de stent implantado. Variava de 500 reais, no caso de stent convencional, a mil reais, no caso de stent farmacológico. Então, um duplo roubo do dinheiro do povo.

Com relação à questão da capitulação para o homicídio qualificado, a investigação criminal procura estabelecer uma técnica. Sem dúvida alguma, é possível que mais adiante se consiga capitular com relação à questão do homicídio qualificado, mas, nesse momento das investigações, não nos transpareceu o nexo causal, o que vai permitir demonstrar o liame entre a conduta médica e o óbito do paciente. Obviamente, nós estamos tratando de uma situação em que há um corporativismo muito grande e até as provas para poder se conseguir demonstrar esse nexo causal é difícilíssima. Nós temos que contar, via de regra, com profissionais



que atuam em atendimento da área pública. É uma prova muito difícil, não é simples de se fazer, é complicado.

Deputado Dr. João, a respeito da questão do Rio de Janeiro, das dificuldades que se tem e que foram colocadas, o que tenho para dizer é o seguinte: no Rio de Janeiro pode acontecer e alguém pode se omitir. Aqui, na nossa região, a Polícia Federal e o Ministério Público não se omitem em hipótese alguma, doa onde doer e doa a quem doer.

Com relação à postura do CRM, o CRM adotou, nesse caso, e tem adotado uma postura absolutamente complacente. O nosso desiderato, o nosso propósito é que, ao final, o Conselho Regional de Medicina venha efetivamente cassar o registro dos profissionais dessas pessoas que se veem envolvidas nessas práticas criminosas. Obviamente, tivemos o cuidado de não mencionar nomes de quem quer que seja. Nós temos absoluta convicção de que a lei processual garantiu o direito da presunção de inocência a todo aquele a quem não paire o trânsito em julgado de uma sentença condenatória. Nós estamos tratando todos dessa maneira, com o respeito a cada um dos investigados, tanto que não falamos nomes, mas nós esperamos uma postura mais firme do Conselho Regional de Medicina, no sentido de se impedir que esses profissionais continuem atuando.

A parte da Polícia Federal e do Ministério Público, nós solicitamos, como cautelar alternativa à prisão, o impedimento de que esses médicos atuem atendendo pacientes do Sistema Único de Saúde. E, como medida cautelar alternativa á prisão, isso já foi deferido pelo Poder Judiciário, eles estão estancados, estão apartados desse atendimento ao Sistema Único de Saúde.

Deputado Paulo Foletto, a respeito da participação da ANS, do Ministério da Saúde e da ANVISA, não temos dúvida alguma de que a participação é essencial, especialmente para permitir este controle que já está sendo feito, já está se buscando fazer em países do MERCOSUL. É imprescindível que seja feito esse controle pelo número de série em nosso País. A participação é essencial, é necessário que se saia dessa postura um tanto quanto omissa e, efetivamente, se implementem medidas de controle efetivo.

Deputado Alceu Moreira, a respeito dos atalhos, nós precisamos, sim, do apoio desta CPI. Um ponto em especial é com relação, até para otimizar as



investigações, à quebra do sigilo bancário e fiscal, particularmente, das principais pessoas jurídicas investigadas. Essa quebra do sigilo bancário e fiscal vai nos apoiar, e muito, vai nos ajudar, e muito, na conclusão final, a fim de demonstrar que essa fraude está efetivamente sendo patrocinada por essas empresas em todo o território nacional.

Deputado Aliel Machado, a respeito das delações no Congresso e a respeito da questão dos acordos, nós não temos dúvida alguma de que esses acordos ocorrem, sim, em congressos, ocorrem em situações que denotam que as fraudes têm acontecido efetivamente em todo o território nacional.

Por esse motivo, nós louvamos e agradecemos a presença desta Comissão Parlamentar de Inquérito aqui em Montes Claros e, com este agradecimento, eu concluo, acreditando que efetivamente esclareci cada uma das perguntas formuladas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Muito Obrigado, Dr. Marcelo Eduardo Freitas. Aquilo que eu já tinha dito em reunião reservada aqui na Câmara, com a presença do senhor e do Dr. André e que foi também referendado pela fala do Deputado Alceu Moreira, repito: use a Comissão Parlamentar de Inquérito para poder de fato fazer a formatação final também do encaminhamento da Operação Desiderato. Tudo aquilo que for preciso e que nós possamos fazer, faremos, até para facilitar, porque muitas vezes há alguns entraves para a quebra de sigilo fiscal, de sigilo telefônico, de sigilo telemático e contribuiremos para que V.Sa. tenha a formatação final do seu trabalho aqui.

Nós estamos colocando, e eu já tinha também reportado, que toda essa quebra de sigilo, tudo tem que ser feito através de requerimento. V.Sa. poderá ir a Brasília ou poderá inclusive remeter à Secretaria da Comissão para que possamos elaborar os requerimentos e aprová-los na próxima sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito. Colocamo-nos a seu dispor e agradeço, mais uma vez, a sua disposição.

Há uma situação sobre a qual já conversei com o conjunto dos colegas da CPI. Temos aqui a fala do Prefeito que nos prestigia e, depois, nós vamos ter também a fala da Secretária Municipal de Saúde.



Eu gostaria de perguntar se a Secretária de Saúde do Município se encontra presente. *(Pausa.)* Vejo que sim. Encontram-se presentes a Sra. Ana Paula, o Sr. Dilson de Quadros Godinho Junior e o Sr. Maurício Sérgio Sousa e Silva.

Então, vamos fazer o seguinte, para discutir aqui, nós vamos ouvir o Prefeito e o Sr. Dilson de Quadros Godinho Junior, na parte da manhã, no final desta sessão. Vamos abrir à tarde com a fala da Secretária e com a fala do Superintendente do Hospital da Santa Casa, para que possamos, diante da ausência dos médicos, redistribuir a nossa programação no dia de hoje. Então, eu gostaria de dizer à Dra. Ana Paula de Oliveira Nascimento e ao Dr. Maurício Sérgio Sousa e Silva que eles falarão à tarde. Nós ouviríamos o Prefeito e ouviríamos agora o Dr. Ruy Adriano Borges Muniz e, depois, o Sr. Dilson de Quadros Godinho Junior, que é o Diretor-Presidente do Hospital Dilson Godinho.

Então, eu chamo o Prefeito Ruy Adriano Borges Muniz para que ele possa, em 10 minutos, falar sobre o acontecido aqui, sobre as providências que o Município tomou e se 10 minutos for insuficiente, vamos fazer o mesmo tipo de tratativa, dar o mesmo tipo de tratamento que nós demos aos nossos dois convidados anteriormente.

V.Sa. solicite o tempo que for necessário para sua conclusão, não podendo ultrapassar 20 minutos.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Muito boa tarde a todos e a todas. Quero saudar, com muita alegria, o Deputado Geraldo Resende, parabenizá-lo pela Presidência e pela condução dos trabalhos. Quero cumprimentar também o Procurador André, o Relator, os demais Deputados, o Deputado Adelmo Carneiro Leão, o Deputado Dr. João, o Deputado Paulo Foletto, o Deputado Alceu Moreira, a Deputada Raquel Muniz, que muito bem representa o povo do norte de Minas, o Deputado Pastor Franklin, o Deputado Aliel Machado; cumprimentar todos os Vereadores aqui presentes na pessoa do Presidente da Câmara, nosso Vereador Marcos Nem; cumprimentar a todas as autoridades na pessoa do meu Vice-Prefeito, José Vicente Medeiros.

Srs. Deputados, senhores e senhoras aqui presentes, eu sou Ruy Muniz, sou o Prefeito de Montes Claros, com muita honra, e tenho exercido esses 30 meses do meu mandato com muita seriedade. Estabelecemos como um princípio, desde o



primeiro dia em que eu assumi a Prefeitura de Montes Claros, que viemos porque o povo nos escolheu para adiantarmos a cidade e fazermos o que é correto. Então, avisei a todas as pessoas que ocupam os cargos de confiança, a todas as pessoas que trabalham comigo, a todos os fornecedores da Prefeitura, a todos os prestadores de serviço que a nossa administração terá tolerância zero com a corrupção, tolerância zero com o que está errado. Vamos fazer o que é certo, porque, fazendo o que é certo, tendo boas práticas, o dinheiro rende, o dinheiro aparece, dá para pagar bem as pessoas, dá para valorizar o servidor, dá para fazer as obras, dá para realmente fazer uma saúde de qualidade, uma educação de qualidade. Nesses 30 meses, nós estamos procurando fazer isso em Montes Claros.

Mas eu queria falar sobre os três pecados do setor público brasileiro, para fazer uma reflexão um pouco maior. Isso se aplica, claro, em Montes Claros, em Minas Gerais, e se aplica em todas as cidades neste País. O primeiro pecado grave é que os fornecedores do setor público ganham muito mais pelo que eles medem e deixam de fazer ou deixam de entregar. Nós, nesses 30 meses, temos vários casos de tentativas de fraudes assim: a pessoa faz o asfalto, 15 centímetros, 12 centímetros de base mais 3 centímetros, mas ele quer entregar 8 centímetros e 2 centímetros. O meio-fio que se compra tem uma dimensão, mas ele quer entregar com uma dimensão a menos.

E área do SUS, conforme estão apurando aqui: supõe-se que a pessoa ponha três stents, cobra de nós três stents, não sabemos, não há jeito de ver lá, e às vezes colocou um, ou talvez não colocou nenhum, e cobra de nós.

O Brasil inteiro, no caso do SUS, reclama que a tabela é baixa. Lá em Uberlândia, eu acompanho isso — o Abel não está aqui, ele é Deputado do Triângulo Mineiro. Há sete hospitais privados e dois públicos. Os privados, para atender o SUS, cobram da Prefeitura de Uberlândia, quatro vezes, cinco vezes a tabela SUS. Aqui em Montes Claros, eu vou falar daqui a pouco, é diferente, pois todo setor da medicina privada se esconde atrás do SUS. Nós temos aqui seis hospitais, todos pelo SUS, todos querem o SUS, brigam pelo SUS. Será por quê?

Então, o primeiro pecado é isso: os fornecedores medem muito mais do que fornecem.



O segundo pecado, muito grave: os servidores públicos — e aqui temos muitos servidores — não podem ser omissos, e são omissos na maioria das vezes. Eles fecham os olhos, pois têm medo do chefe, não denunciam, aceitam o errado. Porque é tanta assinatura, Deputado Pastor Franklin, quando eu vou pagar um empenho: alguém bate um carimbo, que conferiu; outro bate, conferiu; outro bate, conferiu. Se tivesse conferido mesmo, não haveria esses erros. Então, tem muita omissão do servidor público. Temos que cobrar posição séria do servidor público, para que ele seja participante, seja altivo, garanta a sua liberdade de denunciar, de mostrar o errado.

Agora, o pior dos três pecados é o pecado da hipocrisia da nossa sociedade. O povo brasileiro sabe que a coisa está errada e fecha os olhos, faz de conta que não é com ele. Quando está entre quatro paredes, é uma realidade; quando olha, todo mundo sabe...

Eu quero falar aqui sobre o tráfico de drogas em Montes Claros. Eu não sou policial, mas há dois traficantes, que estão presos, que comandam da cadeia o tráfico de drogas aqui em Montes Claros. Todo mundo sabe quais são eles, quais são os lugares de distribuição, e não vamos lá punir. Por quê? Existem os consumidores, gente! Quem consome droga aqui? Quem compra cocaína em Montes Claros? É o povão pobre ou é a classe média que tem dinheiro? Então, a tolerância, a hipocrisia da sociedade para tolerar esses crimes é assim.

E no meio médico, de que vou falar daqui a pouquinho, é a mesma coisa: as pessoas fecham os olhos. Eu sei que está errado, eu sou um empresário da educação. Uma pessoa em Montes Claros ganhar 60 mil, 70 mil, 80 mil como administrador de um hospital pode? Num hospital filantrópico, um administrador ganhar 60, 70 mil mensais? Isso não é em pouco tempo, não. Há mais de 18 anos isso ocorreu. Isso não pode! As pessoas veem que está errado.

As pessoas veem terceirizações feitas, médicos ganhando dinheiro, os condomínios de Montes Claros explodindo de casas, poucos médicos ganham 200 mil reais por mês. Vemos isso debaixo de nossos olhos, e concordamos. Pode? É hipocrisia, temos que denunciar!

Por isso, quando assumimos Montes Claros, em, abril, precisamente, de 2013, chamamos e apontamos todas essas fraudes da cardiologia, da ortopedia, da



oncologia, da radioterapia, da quimioterapia, das cirurgias neurológicas de alta complexidade, de transplantes, etc. E isso não é uma coisa só de Montes Claros, mas do Brasil inteiro. Mas estão apurando agora. Está de parabéns o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a Câmara dos Deputados, que está mostrando para o Brasil inteiro como é o modo de operar dessa máfia de fraudes contra o SUS neste País.

Mas eu queria apresentar esse conceito inicial e dizer para que essa fraude não acontece só aqui. Montes Claros tem um gestor que não tolera o errado, tem um delegado competente, comprometido. E quero aqui render homenagens ao Dr. Marcelo Freitas. Ele já fez inúmeras operações, entre elas a do seguro de carros, DPVAT, e, agora, a das fraudes da cardiologia, inúmeras fraudes. Ele é um profissional comprometido que respeitamos muito.

Mas qual é a situação específica de Montes Claros? Quando eu assumi a administração, o orçamento da cidade de Montes Claros era de 180 milhões na área de saúde. Em 2012, 180 milhões! Nós articulamos e ampliamos a prestação de serviços. Em 2013, o meu primeiro ano, o orçamento de saúde foi de 250 milhões; acrescentaram-se 70 milhões de reais de um ano para outro. Em 2014, nós ampliamos mais ainda o serviço. Conseguimos ampliar o serviço e a prestação de serviço de média e de alta complexidade e de atenção primária também. O orçamento foi de 300 milhões. Foram executados 297 milhões de reais! Esse foi o dinheiro da saúde, aqui, para Montes Claros e para toda a região do norte de Minas, que nós atendemos. Atendemos 1 milhão e 600 mil pessoas na média e alta complexidade. Então, existe o dinheiro. O dinheiro quase que dobrou. Neste ano de 2015, o orçamento é de 350 milhões. Então, pensem: em 2012 era 180 milhões; agora, em 2015, 350 milhões — quase que dobrou. E muito desse dinheiro, 120 milhões, para atenção primária, vigilância, programas de prevenção, etc. Dos 300 milhões de 2014, 180 milhões foram para os hospitais — de média e alta complexidade. Sessenta por cento de todo o dinheiro da saúde foram gastos nos hospitais — 180 milhões. Desses 180 milhões, 120 milhões foram para alta complexidade, 60 milhões para média complexidade. Eu aposto com os senhores Deputados que, de cada cinco procedimentos de alta complexidade feitos em Montes Claros, pelo menos um não ocorreu.



Eu vou falar para os senhores: aqui tem radioterapia. As sessões são feitas, e os funcionários do serviço de radioterapia falsificam a assinatura do paciente! A mesma coisa ocorre na quimioterapia, na colocação de prótese, de escolha da prótese tal e falar que a prótese é outra na ortopedia! A mesma coisa ocorre os senhores viram aqui na operação da Polícia Federal — na área de cardiologia.

Essa é a realidade. Mas eu queria falar para os senhores que os prestadores de serviços do SUS de Montes Claros não são os médicos! Nenhum médico é contratado diretamente pela Secretaria Municipal de Saúde para prestar um serviço à Prefeitura, ao povo de Montes Claros. Todas as cobranças — eu tenho aqui, a Ana Paula vai disponibilizar para os senhores —, as faturas dos stents cobrados indevidamente foram emitidas pelos hospitais, pela Santa Casa de Misericórdia, pelo Hospital Dilson Godinho e pelo Hospital Aroldo Tourinho! A nota fiscal foi deles! Quem cobra de nós não são os médicos, são os gestores dos hospitais. Quando cobra extrapolamento de teto, não tenham dúvida! Quando se vai comprar um stent, quando se vai comprar uma prótese, quem realiza a compra? Tem que ser em nome do hospital. Quem arquiva, quem guarda no almoxarifado? É o hospital. Quando se libera aquela prótese, aquele material para ser utilizado na cirurgia, quem delibera isso? Tem um diretor clínico, tem o pessoal da enfermagem que controla. Não é possível que eu tenha no meu hospital material sem nota, que eu tenha no meu almoxarifado material sem controle do hospital! Claro, óbvio, gente, que está aí!

Eu sei que na classe médica, na classe dos advogados, na classe dos comerciantes, na classe dos políticos, tem sempre gente séria e também gente que não é séria. Isso, em todas as organizações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Prefeito, já se passaram 10 minutos.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Mais 10 minutos para fechar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Mais 10 minutos?

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Isso. Vou tentar fazê-lo antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, está bem. Em 7 minutos eu comunico.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Obrigado.



Então, gente, não tem jeito de o gestor não saber. O gestor sabe, claro que sabe de tudo o que ocorre lá, quantas cirurgias são feitas, se uma, duas, três, quatro, dez cirurgias; se são implantados 50 ou 100 stents! Claro que isso é o faturamento do hospital. Quando se faz o faturamento, gente... Até uns 4 anos atrás não havia cessão de crédito em Montes Claros. Como os administradores dos hospitais não estavam pagando diretamente os médicos — atrasavam o pagamento dos médicos —, foi feito um acordo com a SANCOOP, a cooperativa de serviços médicos de Montes Claros, e fizeram a cessão de crédito do honorário médico para ela. Então, pagam-se os honorários médicos, e a SANCOOP distribui o dinheiro para os médicos, mas esse dinheiro é dos hospitais, é uma cessão de crédito do hospital. A mesma coisa: os fornecedores de próteses e órteses, de OPMs, todos os fornecedores, têm cessão de créditos para eles, para pagá-los diretamente.

Então, eu respeito muitíssimo o Dr. Marcelo, como eu disse aqui. Fiquei estarecido quando ele fez a operação como sempre e, no final da tarde, ele chamou a imprensa para prestar conta do trabalho realizado. Ele pôs os gestores dos hospitais na mesa, dizendo que os hospitais, *a priori*, são inocentes, não têm nada com isso.

Eu respeito a Santa Casa. A instituição Santa Casa tem que ser preservada, o Hospital Aroldo Tourinho tem que ser preservado, o Dilson Godinho e o São Lucas têm que ser preservados. Mas quem está lá administrando agora ou administrou no passado... É importante olhar quem estava lá no passado! Olhando direitinho quem estava na Santa Casa no passado, por 18 anos, comandando a Santa Casa, veremos que essas pessoas que estavam lá fizeram o sucessor delas. Qual é o vínculo do Maurício, o Superintendente, com a área de saúde? Nenhum! Ele vendia plano de telefone da Claro, vendia seguros. Como é que ele foi escolhido? Ele foi escolhido, gente, porque existe uma organização que eu respeito também. Tem muita gente boa, mas tem uma organização que está fraudando o SUS, enriquecendo ilicitamente essas pessoas.

O Deputado Alceu foi muito feliz em falar a verdade. É isso mesmo, Deputado Alceu! Não existe fraude no SUS se o hospital, a organização, não estiver envolvido diretamente no processo.



Eu queria falar para o senhor como é o modo de operação. Existem fraudes aqui em Montes Claros? A Ana Paula vai poder falar com mais precisão. Eles envolvem o Ministério Público e o Poder Judiciário para fraudar o SUS. Os senhores sabem que, se vem uma ordem judicial para o Prefeito ou para a Secretária Municipal de Saúde, temos prazo para cumpri-la. Se não a cumprirmos, o que ocorre? Mandam até nos prender! Muitos médicos falsificam os laudos.

Eu vou denunciar aqui uma empresa que fez uma abordagem agora. Essa denúncia já está com o Promotor que comanda a área de saúde, o Dr. João Paulo, em Montes Claros.

Existe uma empresa, em outra área, chamada Intensivemed, Importação e Comércio Ltda. Ela é fornecedora de uma tecnologia de radiofrequência para operar tumores. Ela tira os tumores, faz ablação do tumor, faz a ressecção do tumor. Ela faz isso lá. Gente, essa empresa procurou o diretor de um hospital, um homem sério, Dr. Cláudio Henrique, para oferecer essa tecnologia. Ele disse: *“Essa tecnologia não está prevista nos protocolos do SUS”*. E ela falou: *“Não tem problema, não. Nós temos laudos aqui. Nós vamos preparar os relatórios. Vamos mostrar para vocês. Os médicos indicam, e nós conseguimos a ordem judicial para que sejam pagos 30, 40 ou 50 mil por cirurgias de radiofrequência”*. Esse é o modo nacional de operar.

O Dr. Marcelo e o Dr. André mostraram aqui como é que feito, no caso das próteses cardiológicas.

Então, meus amigos, os senhores estão de parabéns! Têm que ir fundo.

Eu queria finalizar a minha fala dando aos senhores quatro sugestões para reduzir as fraudes no Sistema Único de Saúde, principalmente da alta complexidade.

A primeira sugestão é no sentido de que essas próteses clássicas, essas órteses e próteses mais tradicionais, fossem compradas diretamente pelos gestores do SUS por pregão eletrônico. Por que é que eu tenho que passar isso, se eu vou pagar esse valor tão alto de prótese? Por que é que eu vou pagar ao prestador de serviço? Ele vai fazer bitributação. É ou não é? Ele não compra, não paga imposto e depois não emite a nota para vender para a Prefeitura e não paga de novo? Por que os gestores do SUS não podem comprar diretamente as próteses e órteses? Faz um pregão eletrônico, relaciona, há um protocolo, e nós vamos comprar aqueles lá. O



gestor paga direto e vai comprar mais barato. Compra no circuito nacional, auditado, fiscalizado.

Nós temos auditoria interna. Com a nossa auditoria interna, dá para a gente detectar e abrir processo administrativo, apurar responsabilidade, como nós estamos fazendo aí. A Procuradoria da Prefeitura abriu processo administrativo para apurar o prejuízo. Eu estou falando aqui não de 5 milhões, como o Dr. André falou que deu prejuízo para o SUS, não. Por baixo aqui, por ano, são 30, 40 milhões de fraude no SUS de alta complexidade em Montes Claros. Nos últimos 5 anos, há em torno de 150 a 200 milhões de reais de fraude na alta complexidade do SUS só em Montes Claros.

Então, é preciso que, na regra do SUS, seja aprovada auditoria externa de procedimentos de alta complexidade por empresa especializada. E essa empresa faz essa auditoria e nos apresenta, por amostragem, 5% a 10% dos procedimentos e verifica se houve coerência ou não. Os auditores vão estar aí para conversar com os senhores — pode ser que passe por eles.

A terceira providência é: onde o SUS funciona bem tem que haver contratualização global. Enquanto pagarmos os prestadores de serviços por procedimento, todo mundo que chegar com dor no peito em qualquer pronto-socorro que tem cardiologia vai fazer cateterismo. Se chegarem lá dez com dor no peito, vão fazer cateterismo nos dez. É claro, pois quanto mais eles fizerem, mais eles ganham! Então, tem que acabar com o pagamento por procedimento. Isso é crime, isso é desvio de dinheiro público.

Nós temos que perguntar: *“Você é um hospital do SUS?” “Sim.” “Então, quanto custa para funcionar 24 horas, 365 dias por ano?” “Tanto”. “Custa 100? Então, vou te dar aqui 100 mais 10. Vou te dar 110 para cobrir o seu custo e ter 10 de remuneração.”*

Para finalizar, a última sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sr. Prefeito, V.Sa. tem mais 2 minutos.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Já acabei mesmo. Então, sugiro essa contratualização global pelo SUS.



Por último, gente, existe, sim, um controle da ANVISA. Cada prótese, até lente intraocular de cirurgia, quando se faz por uma lente, há uma etiqueta, um número que prega no prontuário do paciente: olho direito; olho esquerdo, outra etiqueta. Há um controle, só que esse controle é descentralizado demais. Ninguém confere, não há possibilidade de conferir, são milhares de cirurgias. Então, a ANVISA tinha que criar um setor para controlar essas próteses de maior valor, monitorado, computadorizado, para estar disponível tanto a fabricação quanto a distribuição.

No mais, quero agradecer a todos e parabenizá-los. Montes Claros não está envergonhada com a presença dos senhores e por denunciar fraudes aqui. Montes Claros fica orgulhosa, porque sabe que isso ocorre em Belo Horizonte, em São Paulo, no Rio, em Fortaleza, em todo lugar. Aqui veio à tona, nós estamos apurando e está servindo de exemplo. Tolerância zero com o errado, porque o Brasil vai para frente. Todo lugar pode ter boas práticas de políticas.

Muito obrigado. Deus abençoe todos. Sejam bem-vindos mais uma vez.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Prefeito Ruy Adriano Borges Muniz.

Eu passo a palavra ao Deputado André Fufuca, Relator, para que possa fazer os questionamentos a V.Sa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Prefeito, inicialmente, eu o cumprimento pela brilhante esposa e Deputada que tem, que vem orgulhando, eu acredito, os votos de confiança desta cidade.

Prefeito Ruy, eu pergunto: à frente da Prefeitura e sendo o ordenador de despesas, no que diz respeito às cirurgias de órteses e próteses, o senhor recebeu alguma denúncia envolvendo superfaturamento dessas cirurgias, ou de essas mesmas cirurgias estarem sendo feitas de forma desnecessária, apenas visando o lucro financeiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - No caso do Relator, V.Sa. poderá responder imediatamente aos questionamentos.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Deputado André, não só recebi denúncias, como há aqui pacientes que foram operados, e há uma pane geral na



cidade. Aqui está o Moisés, que colocou três stents no coração. Ele está querendo saber se há os três mesmo, ou se há dois, ou se há um, ou se não há nenhum. Isso é uma constante. Também há cobrança por fora. Além de receber pelo SUS, nós temos dezenas de recibos que disponibilizamos em 2013 aos vários órgãos. Inclusive, a Receita Federal fez operações para apurar enriquecimento ilícito de determinados médicos.

Então, a ordenadora de despesas da saúde aqui é a Secretária, mas é claro que ela é de minha confiança e eu sou responsável junto com ela. Nós pagamos a grande maioria dessas fraudes por ordem judicial. Na rotina, nós temos auditores, médicos revisores. Inclusive, há alguns casos em que eles têm parecer contrário à colocação do stent. Aí, um dos médicos presos vai lá e muda a conclusão, fala: *“Esse aqui não pode, tire.”* Ele faz a alteração da conclusão do laudo e depois não paga aquela prótese. Daí a pouco, ele faz com outro paciente, muda. Como é um universo grande, nós fazemos mais de 400... Sobre o número anual de stents, eu tenho um dado de 2013, 2014, 2015, e posso passar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Qual é o valor gasto na judicialização aqui?

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Em 2012 e 2013, foi alto. A partir de 2014, nós criamos uma comissão onde...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A saúde aqui é plena?

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - A saúde é plena. Nós fizemos hoje uma comissão em que reduzimos a mais de 60%, hoje é 40%, a ordem judicial em relação ao que era em 2012, 2013. Hoje caiu 60%.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quais medidas encontram-se no âmbito da Prefeitura para coibir essa prática? Pelo que V.Sa. fala, é uma prática comum, que vem acarretando um prejuízo absurdo para a Prefeitura.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Absurdo! Até 2012, eu vou falar, Deputado André, todos os procedimentos de média e alta complexidade eram feitos unilateralmente pelos hospitais e não havia checagem. Existia uma auditoria, mas muito pouca, uma supervisão, mas muito pouca, em Montes Claros. Tudo era feito, faturado e pago. Não existia nenhum controle do que se pagava aos hospitais.



A partir de 2013, com a nossa entrada, nós estruturamos uma revisão desses pagamentos e começamos a controlar. Tivemos conflitos com esses hospitais. Eu fui inclusive denunciado nas igrejas todas por perseguir a Santa Casa, por perseguir os médicos. Eu que estava errado. Aí, essas fraudes apareceram, e a população hoje me dá razão: *“É, Ruy, você tinha razão. O que você estava denunciando está aparecendo aí, a caixa-preta dos hospitais de Montes Claros”*.

Montes Claros tem mais de 3 mil médicos. Eu quero falar para o senhor que a fraude aqui está restrita à alta complexidade, que envolve, no máximo, 50 profissionais médicos de todas essas áreas aí.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Nessas liminares, havia a predominância de uma pessoa, de um escritório de advocacia, ou não, eram várias escritórios, vários advogados, não havia a predominância de um em especial?

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Aqui houve outro escândalo do DPVAT, que mostrou dezenas de escritórios, dezenas de advogados envolvidos. Na região de Montes Claros deve ter umas seis faculdades de Direito. Então, há muitos advogados. E não é um escritório só, são muitos os escritórios que fazem essas ações judiciais contra o SUS.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. Só para encerrar, na sua fala, uma coisa me chamou a atenção. Nós escutamos aqui hoje que o pilar de toda essa máfia seriam as multinacionais, alguns setores. V.Sa. já foi adiante, disse que nem multinacional nem médicos, mas sim os hospitais, e fez uma referência a alguns hospitais — eu acredito que sejam daqui da cidade.

Aqui em Montes Claros, o pilar são os hospitais públicos?

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Não, aqui só há um hospital público, que não é de alta complexidade. O hospital universitário é de média complexidade. Existem quatro serviços de cardiologia aqui. Os quatro serviços têm mais ou menos a mesma equipe médica. Há alguns médicos que são exclusivos de um, mas há vários profissionais que perpassam os quatro serviços. É um absurdo, inclusive, termos quatro serviços credenciados pelo SUS na área de cardiologia. Nós temos a Santa Casa, o Aroldo Tourinho, o Dilson Godinho e o PRONTOSOCOR, que são os quatro hospitais que têm essa área de cardiologia.



O número de extrateto, extrapolamento de teto, na cardiologia é gigantesco em Montes Claros. É acima da média. Inclusive, quando ocorreram as denúncias, começou-se a apurar, informações vazaram, começaram-se a ouvir algumas testemunhas, e, de janeiro de 2015 até agora — a Ana Paula tem os dados —, caiu quase 20% o número de procedimentos.

Então, eu falo, com convicção, que, se o gestor do hospital não quiser fazer o acordo, o médico não tem condições de fazê-lo sozinho. O médico que cometeu as fraudes tem que ser penalizado; a indústria que induz a fraude, que oferece as facilidades, tem que ser penalizada. É uma máfia, é uma cadeia! Há o núcleo empresarial, o núcleo dos médicos, mas há também, meu amigo, o articulador, que é quem? É o gestor local do hospital. Claro que é! É ele que compra, é ele que paga, é ele que resolve todos os acertos aí.

Por coincidência, em Montes Claros, o grupo que comandou a Santa Casa por 18 anos continua comandando! Trata-se de uma organização.

Existem maçons seriíssimos em Montes Claros. Montes Claros é uma cidade que tem muitas ordens maçônicas. Mas o vínculo que o Maurício tem para ser hoje o Superintendente da Santa Casa é só um. Ele tem zero de experiência na área de saúde. Durante o tempo inteiro, foi vendedor de plano de telefone da Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria, até porque...

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Ele está presente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria que nós nos ativéssemos à situação da CPI: órteses, próteses e materiais especiais. Eu já li e fiz essa recomendação inclusive aos Srs. Deputados, e gostaria de poder também fazê-la ao senhor.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Correto. Eu vou falar aqui o fornecedor do Maurício. Quem é o fornecedor de órtese e prótese aqui? Ele se chama Edilson, o Pombal, que foi preso. Renda mensal ao longo de 2014: 110 mil reais. Um vendedor de produtos médicos tem uma renda dessa ordem?! Quem é ele? É um maçom, um grão-mestre da maçonaria também! É um colega! Trata-se de um clube fechado, não é a ordem toda! Está lá! E isso é nítido! Qual é o vínculo deles com a Santa Casa? Esse!



Então, é preciso apurar e denunciar isso com todas as letras, porque isso dá prejuízo ao SUS. Falta dinheiro para fazer o básico porque há desvio na alta complexidade.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nós vamos dividir esta sessão em duas partes. Nós havíamos pactuado aqui que haveríamos de terminar a primeira sessão de hoje às 13 horas. Logicamente, não vai ser possível.

Então, eu gostaria que os Deputados que estivessem inscritos pudessem falar imediatamente. Nós vamos ouvir o Sr. Dilson de Quadros Godinho e ter um intervalo para o almoço, encerrando esta sessão e começando a próxima precisamente às 14 horas. Portanto, eu gostaria que os Deputados fossem bastante objetivos.

O primeiro inscrito é o Deputado Paulo Foletto.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Só quero fazer uma observação, Sr. Presidente.

Prefeito Ruy, há uma divergência entre a informação dos dois primeiros colaboradores que estiveram conosco, o Dr. André e o Dr. Marcelo, e a informação do senhor. Eles foram claros ao falar que não detectaram, em nenhum momento, qualquer processo de participação de direção de hospital, e o senhor fala exatamente o contrário. Então, só quero mostrar que há uma divergência clara entre a fala dos dois primeiros e a do senhor.

No mais, as observações a respeito do sistema de saúde que o senhor fez foram muito prudentes e realmente parecidas com o que acontece no Brasil todo. Parabéns pela administração! Os números mostram que a administração do senhor está andando no caminho certo. É claro, como em todo processo político, há o lado favorável e o lado contrário. Mas parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tem a palavra o Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Não tenho nenhum comentário específico a fazer. Quero apenas dizer que fica claro na palavra do Prefeito que o crime é sistêmico.

Se nós quiséssemos observar — certamente a Polícia Federal e o Ministério Público terão condições de fazê-lo —, poderíamos fazer um processo de



rastreamento, porque se começa numa indústria de prótese, numa venda de prótese, e se termina no corpo de alguém — ou não! Então, se começar numa ponta, vai chegar à outra, porque o caminho é sempre da mesma forma — sempre da mesma forma!

Com as quebras de sigilo de que dispomos, nós teremos muita coisa a fazer depois, porque esse modelo de operação é simplório, o que facilita a investigação — o caminho é sempre o mesmo, não muda, nunca há diversidade.

Portanto, eu agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Dr. João tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Vou ser rápido, Prefeito. Vou ser rápido, Sr. Presidente.

Prefeito, boa tarde! Parabenizo-o pela sua administração, pelo seu trabalho. Vou ser muito breve. Concordo plenamente com o senhor no que diz respeito a não ser possível haver uma corrupção dentro de um hospital sem que haja a conivência, o conhecimento ou a omissão do diretor.

Eu não posso acreditar que um hospital que faça por ano 115 cirurgias de uma prótese de joelho, no final do ano, firme um contrato de 21 milhões de reais com uma firma para fornecer prótese de joelhos. Durante o ano anterior, essa prótese só foi usada em 115 operações! Então, alguém está levando alguma coisa aí.

Portanto, eu concordo plenamente com o senhor. Não tenho pergunta a fazer. Parabenizo-o pela administração!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tem a palavra o Deputado Pastor Franklin.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN - Prefeito Ruy Muniz, primeiro, parabenizo-o pelo espaço que nos cedeu aqui em Montes Claros, pela recepção e por tudo mais que aconteceu aqui. Parabenizo também os seus Vereadores, que estão aqui conosco, que cederam esta Casa para este momento. Também o parabenizo pelo seu discurso, transparente que foi.



Não concordo com a afirmação de que o André Vasconcelos e o Delegado Marcelo Eduardo estejam trazendo proteção total aos médicos. Eu discordo. Talvez, na minha opinião, eles não estejam sendo muito rígidos, estejam sendo cautelosos.

E aproveito o momento para pedir para que haja mais rigidez, até porque quem nos falou isso aqui foi o Prefeito de uma cidade, um homem de uma experiência tamanha, um homem mestre na comunicação, mestre no empresariado, na saúde, fundador da FUNORTE, responsável demais por um trabalho de saúde aqui. Ele é uma pessoa cuja voz tem que ser pelo menos ouvida, nos mínimos detalhes.

Eu vi um trabalho maravilhoso da Polícia Federal aqui e peço que, se há de certa forma uma cautela, que essa cautela continue, mas com rigidez. Porque é impossível haver tamanha roubalheira na medicina sem que haja a conivência da direção dos hospitais. Eu acho isso impossível e dou total razão à voz do nosso Prefeito Ruy Muniz.

Muito obrigado. Não tenho mais a dizer no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Pastor Franklin.

Tem a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Eu vou discordar um pouquinho das questões que foram tratadas aqui, meu caro Ruy.

A primeira discordância é quanto à sua afirmação de que eu sou Deputado lá do Triângulo Mineiro. Realmente, eu tive nessa região uma votação muito expressiva, mas eu sou Deputado de Minas Gerais, e não o seria se não tivesse os votos aqui também de Montes Claros. Realmente. Então, eu vou falar como Deputado de Minas e de Montes Claros e colocar aqui as minhas inquietações diante dessa realidade que está posta.

Primeiro, a Prefeitura Municipal de Montes Claros é a gestora plena do sistema. Não cabe ao Prefeito apenas denunciar essa situação, que é extremamente grave! Cabe à Prefeitura controlar e fazer a gestão do sistema.

Por isso mesmo, eu acolho as considerações do Prefeito Ruy Muniz como muito pertinentes — é preciso haver auditoria permanente. Mas quem tem que fazer



auditoria, quem pode e quem deve fazer isso, além do Governo Federal e do Governo do Estado, é a Prefeitura de Montes Claros, que tem o poder de gestão.

Não basta verificar e dizer que em cada cinco procedimentos há um procedimento incorreto! Cabe à Prefeitura chamar os poderes competentes do Estado, se ela não pode fazer isso sozinha — acho que não pode mesmo — e dizer quais são esses equívocos, os malfeitos ou os crimes praticados, senão nós vamos ficar só no nível das denúncias. Não cabe a nós fazer isso.

Eu fui Secretário de Estado da Saúde por menos de 3 meses. Sabem por que eu entrei? Porque havia denúncias gravíssimas de corrupção. Sabem por que eu saí? Porque eu não abri mão, um dia sequer da minha vida, de combater a corrupção. E eu sei o que significa combater a corrupção. Não é simples, não é fácil, é extremamente grave. Recebemos ameaças, sofremos pressão, mas essa é a condição em que nos colocamos no Estado, no poder público.

Então, eu, como Deputado de Minas Gerais, quero aqui reivindicar da Prefeitura, que tem gestão plena, que nos forneça também informações mais detalhadas sobre que crimes foram praticados e denunciados, porque compete à Prefeitura, que tem poder para isso, por ser gestora plena do sistema, entrar na Santa Casa ou em qualquer hospital, uma vez que é a ela que são destinados os 300 milhões de reais originários do Estado, do Governo Federal para fazer com que esses recursos cheguem às mãos dos administradores. Se está pagando e se está sabendo que há irregularidades, algo está errado na República brasileira.

Então, eu venho aqui manifestar minha indignação — mas uma indignação solidária, viu, Ruy? Da minha solidariedade você sabe. Não me conforta apenas nós dizermos que existem muitas coisas erradas. O nosso desafio, do poder público, que começa na Prefeitura e termina no Governo Federal, incluindo a nossa participação como CPI, é identificar onde estão esses erros, porque dizer que há tolerância zero contra a corrupção, combater a corrupção exige de cada um de nós mais do que só a denúncia; exige que corrijamos os defeitos desse Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Antes de passar a palavra ao Prefeito, gostaria de fazer um questionamento na linha do que já fez o Relator.



Eu ouvi aqui que Montes Claros foi uma das cidades pioneiras no País na implantação do Sistema Único de Saúde. Eu ouvi aqui também, do Prefeito, menção sobre o crescimento exponencial do orçamento do Município e do orçamento para a saúde. O Prefeito disse há pouco que 60% do orçamento do ano anterior, cerca de 180 milhões de reais, são destinados à atenção de média e alta complexidade, o que significa, numa conta muito simples, que Montes Claros gasta 500 mil reais ao dia com a alta e a média complexidade.

Também ouvi do Prefeito que cerca de 150 milhões de reais são um volume... Aí eu não entendi se esse é o valor anual da fraude. Isso me deixou espantado! Ou seja, se 180 milhões de reais são da alta e da médica complexidade, o que perfaz 60%, o orçamento do ano anterior deve ter sido de 300 milhões de reais. Se 300 milhões de reais é o orçamento da saúde e se foram fraudados 150 milhões, fraudaram-se 50% dos recursos da saúde. E aí eu vou na mesma linha do Deputado Adelmo. Eu fui Secretário da Saúde em Mato Grosso do Sul durante 1 ano e 6 meses. Fui o primeiro Secretário do País a instituir auditoria estadual no sistema, ou seja, o primeiro concurso público que houve no País para auditoria do SUS foi em Mato Grosso do Sul.

Mas quanto à gestão plena, e aí eu vou com a mesma pergunta do Deputado André Fufuca, V.Sa. disse que o Município está em regime de gestão plena, e gestão plena pressupõe que o Município construiu toda a rede de auditoria e é responsável por qualquer procedimento. Então, alguma coisa deve estar errada nesse complexo, ou seja, se o Município está em gestão plena, se o Município tem um corpo de auditoria, como se consegue fraudar cerca de 50% do orçamento da saúde pública no Município de Montes Claros?

Alguma coisa está errada: ou os hospitais e os médicos têm uma habilidade extraordinária de burlar, de fazer corrupção, de fazer falcatruas ou o sistema de auditoria do Município está muito falho.

Esse é o meu questionamento, até para podermos aproveitar ao máximo esta audiência pública. Gostaria que V.Sa. respondesse ao final dos questionamentos já feitos pela Mesa.



O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Obrigado, Deputado Geraldo Resende. Vou deixar o questionamento de V.Exa. por último, para eu encerrar a minha participação.

Sobre o Deputado Paulo, eu conversei com o Dr. Marcelo Freitas, o Delegado Federal, e disse: *“Doutor, eu admiro tanto o senhor. Por que o senhor não só chamou os gestores para a entrevista coletiva, como gravou um vídeo para a Santa Casa, que está no ar, na televisão, dizendo que a Santa Casa não tem nenhuma vinculação, que até agora não tem nenhuma culpa, que ela é muito mais vítima do que responsável?”* E ele me respondeu: *“Ruy, eu sou daqui.”* Ele é natural de Montes Claros mesmo, ele é daqui, tem muito respeito pelas instituições, não está protegendo as pessoas, está protegendo a instituição Santa Casa e os hospitais.

Eu respeito essa posição dele, mas ele tem que aprofundar as investigações, olhar os documentos fiscais — quem compra é o hospital, quem vende o serviço para a Prefeitura é o hospital, é quem ordena essas despesas e, inclusive, é quem cobra de nós. A Ana Paula está ali com os ofícios que cobram da Prefeitura as extrapolações de teto. E quem cobra é o responsável pelo faturamento, quem cobra é o Superintendente, quem cobra de nós, no caso do Dilson Godinho, é o Dilson, médico.

Como eles cobram por um serviço e não sabem? É óbvio que é por omissão, por conveniência, por participação; é lógico que estão envolvidos. Tem que investigar, tem que aprofundar a investigação. A minha posição é clara: há envolvimento, sim, dos gestores dos hospitais. Não é possível haver fraudes nessa dimensão sem o envolvimento dos gestores dos hospitais.

Com relação ao que disse o Deputado Alceu Moreira, eu acho que para esse aprofundamento, Deputado Alceu, tem que se fazer o rastreamento, quebrar o sigilo bancário dos gestores atuais e dos gestores anteriores. Se quebrarem o sigilo os senhores vão ver que o aumento patrimonial de um deles é gigantesco. É inconcebível uma pessoa aposentada como bancário do Banco do Brasil ter o que ele tem de propriedades. Tem que quebrar o sigilo bancário. O Samuel Figueira precisa apresentar as contas pessoais dele porque em 18 anos ele montou uma rede de corrupção dentro da Santa Casa. Inclusive, era ele que tinha um contrato de terceirização com uma empresa chamada Marka, que cobrava absurdos da Santa



Casa: 60, 70, 80 mil de consultoria por mês de um hospital filantrópico falido, que eles sempre dizem que está quebrado, precisando de dinheiro.

Então, tem que aprofundar a investigação. Eu acho que o Dr. Marcelo e o Dr. André têm que pedir a quebra do sigilo bancário desses gestores, ir lá, aprofundar e ver, de fato, o aumento patrimonial dos administradores desses hospitais e dos médicos, que são donos de inúmeras propriedades na cidade.

Com relação ao que disse o Deputado Dr. João, quero concordar, é isso mesmo, há convivência, omissão ou participação dos gestores.

Quero agradecer as palavras do Deputado Pastor Franklin e dizer que é isso mesmo, precisamos ser corajosos. A minha posição é de dificuldade, eu sou Prefeito, moro aqui e conheço todos eles, convivo com eles. Mas eu perguntei muito ao meu coração e à minha mente e até a algumas pessoas amigas: *“Ruy, fica calado? Põe um pano quente nisso? Deixa para lá?”* E as pessoas falavam para mim: *“Ruy, se você colocar pano quente, tampar e deixar a ferida aberta, vai continuar igualzinho.”* Antes de vencermos o mensalão já veio o petrolão, e está aí, é uma coisa atrás da outra, repetindo as mesmas pessoas. Não pode haver essa tolerância de fechar os olhos.

Com relação ao Deputado Adelmo Leão, eu peço desculpas. Realmente, Adelmo, V.Exa. é Deputado do Congresso Nacional, é Deputado do Brasil, é Deputado de Minas Gerais, é Deputado também de Montes Claros, no norte de Minas. Por isso V.Exa. é muito bem votado aqui e é um Deputado competente e preparado.

Eu queria explicar que nós tomamos providências. Essas fraudes estão acontecendo. O Dr. Marcelo e o Dr. André foram acionados porque eu entreguei os documentos em 2013 mostrando as fraudes do SUS, entreguei para o Ministério Público, denunciei na Câmara, denunciei na televisão, a Receita Federal fez investigação, a Prefeitura fez auditoria na Santa Casa, nos hospitais.

O nosso poder de gestão plena é relativo, Adelmo. Nós não temos essa liberdade que vocês pensam que temos. O Estado de Minas Gerais, no ano de 2013, quando eu briguei com os hospitais — pasmem! —, decretou intervenção branca na saúde de Montes Claros. Vocês acreditam? Foi aprovado isso lá e eles



iam desviar os recursos, que, em vez de virem direto para o SUS, iriam direto para os hospitais. Foi uma luta terrível para não deixar ocorrer essa arbitrariedade.

Eu respeito demais, digo que é um dos promotores mais preparados de Minas Gerais, o Dr. Gilmar, o responsável pela gestão da saúde de Minas Gerais, o que acompanha a saúde. Ele fez uma audiência pública comigo na Câmara Municipal que começou às 2 horas da tarde e terminou às 10 horas da noite. Sabem para quê? Para convencer o Prefeito, convencer a Secretária da Saúde a pagar os valores de média complexidade que os hospitais não tinham executado. Era em torno de 8 milhões de reais que eu havia retido porque eles não tinham prestado o serviço e queriam que eu fizesse um convênio e liberasse esse dinheiro para que eles fossem pagos. Eles queriam receber logo, porque estavam “apertados”, e prestariam o serviço futuramente. Eu disse: *“Não, doutor, como eu vou pagar por um serviço que não foi prestado?”* E não paguei, segurei até que eles assinaram o contrato e assumiram o compromisso.

Você não acredita, Adelmo: a Santa Casa recebe quase 10 milhões de reais por mês do SUS de Montes Claros. No ano passado recebeu 97 milhões de reais. Foram quase 9 milhões de reais por mês que a Santa Casa recebeu. Desse dinheiro, mais ou menos um terço são para média complexidade e dois terços para alta complexidade. A Santa Casa não fazia quase nada de média complexidade, só passou a fazer quando nós colocamos enfermeiros e auditores lá dentro, começamos a revisar, aí eles passaram a fazer.

Hoje a Santa Casa cumpriu 99% — em 2014 — do que estava pactuado na média complexidade; o Dilson Godinho, na média complexidade, cumpriu 101% do que estava pactuado; o Hospital Universitário, o hospital público daqui, cumpriu apenas 60% do que estava pactuado; e o Hospital Aroldo Tourinho, 85%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sr. Prefeito, eu gostaria que o senhor concluísse.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Concluo, pois vou responder ao Deputado Geraldo Resende.

Eu quero dizer para vocês todos de Montes Claros, para todas as autoridades aqui. Ontem eu estava em Belo Horizonte, na reunião da CIB. Sabem o que está acontecendo em Montes Claros? De novo a Secretaria de Estado da Saúde mandou



uma comissão me obrigando... A Prefeitura de Montes Claros tem que pôr 15% de dinheiro na média e alta complexidades. Eu coloquei 20%. Esses 5% a mais significam, num orçamento de 300 milhões de reais do ano passado, 15 milhões a mais do Tesouro Municipal na média complexidade. O orçamento era de 300 milhões de reais e nós colocamos 20%, colocamos 60 milhões de reais. Eu coloquei 15 milhões a mais do que a obrigação legal, constitucional do Município.

Ontem, para não perder a gestão plena, nós fizemos um acordo com o Secretário, Dr. Fausto, com a Subsecretária, Maria do Carmo, para garantir o valor da AIH dos Hospitais Santa Casa e Aroldo Tourinho em 1.020, 1.050 reais, parece-me, porque nós só recebemos da PPI 880 reais. Quanto a esse valor a mais — ontem nós fizemos um acordo —, a Prefeitura de Montes Claros vai pagar metade da diferença e o Estado de Minas Gerais vai pagar metade. Ou seja, eu fui compelido a colocar mais recurso do que é a minha obrigação constitucional. Fiz isso para garantir a gestão plena.

Então, essa gestão plena não é assim... Nós somos monitorados, há interferência. Eu briguei muito porque nós lutamos para ter 32 leitos de saúde mental e ontem eles queriam me impor 16 leitos, reduzindo à metade os leitos de saúde mental dos hospitais daqui. Eu resisti bravamente e não abri mão. Tem que haver os 32 leitos! Nós temos que garantir esse recurso! E estão garantidos esses recursos para os 32 leitos de saúde mental daqui.

Por último, quero responder ao ilustre Deputado Geraldo Resende, Presidente desta Comissão. Vamos fazer a conta direitinho. O Orçamento de 2014 foi de 300 milhões de reais. Destes, para média e alta complexidade, 180 milhões — 120, regulação, atenção primária são outros programas. Desses 180 milhões de reais da média e alta complexidades, 60 milhões de reais são para a média complexidade e 120 milhões são para a alta complexidade. Se nós estimamos, conversando com os auditores, que, pelo menos, de cada cinco procedimentos de alta complexidade — se é pelo menos um em cada cinco; não estou falando que é só um, podem ser dois —, são 20% de fraude na alta complexidade. Então a fraude da alta complexidade de Montes Claros, num valor de 20% de 120 milhões, dá 24 milhões por ano. Se fizermos a conta, veremos que em 5 anos serão desviados de 120 a 150 milhões de reais.



A imprensa, Deputado Geraldo Resende, divulgou que a fraude das órteses e próteses aqui foi em torno de 5 milhões de reais. Eu disse: *“Uai, esse povo não está fazendo a conta direito.”* Pode ser que eles tenham apurado 5 milhões de reais em procedimentos, mas se formos aprofundar e verificar o que foi transferido do Tesouro Municipal, do SUS para eles é, sim, da ordem de 24 a 30 milhões por ano.

Para fechar mesmo, eu queria responder-lhe o seguinte: nós temos auditoria interna, temos médicos-revisores, médicos-auditores que acompanham tudo isso. Agora, o senhor é médico, eu sou médico. A minha mãe fez uma cirurgia de cateterismo há 1 mês. Inclusive, o médico que a operou foi um desses que fraudou. É um profissional de extrema capacidade técnica. Eu costumo dizer que a ocasião faz o ladrão, como dizia Machado de Assis. Então, a pessoa tem a oportunidade, olha para o Brasil, vê corrupção, vê o que acontece e cai na tentação. Têm que ser punidos, têm que ser denunciados, têm que pagar, têm que devolver o que roubaram, têm que ser presos, têm que ser condenados, sem dúvida nenhuma, os médicos, mas não o são. Para fazer a cirurgia da minha mãe, nós fomos lá, combinamos. Ela tinha plano de saúde da UNIMED de BH, mas o hospital não faz. Precisava de uma autorização. Eu tenho um filho médico que trabalha no Sírío-Libanês, em São Paulo. Lá em São Paulo, quando se faz um cateterismo, quando se detecta uma lesão, como se detectou na minha mãe, precisa colocar um stent. No cateterismo diagnosticou-se a lesão e se constatou uma obstrução de 70%, 80%, 90%. Nesse mesmo ato, pega-se o stent e faz-se a cirurgia, no mesmo cateterismo. Aqui, não. Fizeram o cateterismo nela, fizeram o diagnóstico, constaram a lesão, aí marcaram para o outro dia, foram buscar a autorização da UNIMED. Nós fomos lá, conversamos, a UNIMED autorizou o procedimento e se implantou nela o stent no outro dia, fazendo outro cateterismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Prefeito, eu gostaria que V.Sa. concluísse.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo: aprofundem a investigação. Encerrando-se esta Comissão, instalem outra, façam movimentos. Os Deputados americanos têm uma postura que admiramos muito. Eles se envolvem na causa e acompanham a causa. Eles fiscalizam o



Executivo no exercício do seu mandato, das suas missões. Fiscalizam o valor das obras.

Então, encerrando, eu acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem que fazer um anexo na Comissão Permanente de Seguridade Social para vocês monitorarem e acompanharem essas investigações. Não deixem isso cair no esquecimento. Vamos apurar, vamos recuperar esse dinheiro do povo brasileiro que foi desviado por bandidos, por ladrões que não merecem a nossa confiança.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Prefeito Ruy Adriano Borges Muniz.

Eu queria pedir desculpas ao Sr. Dilson de Quadros Godinho porque eu havia dito que logo em seguida eu o chamaria. Nós vamos fazer um intervalo de 40 minutos e vamos iniciar com a fala do Sr. Dilson de Quadros Godinho, às 14 horas.

Eu também gostaria de dizer que esta Presidência vai, diante do que foi exposto pelo Prefeito, pedir uma auditoria especial do DENASUS sobre a situação da saúde pública de Montes Claros, principalmente no tocante a órteses e próteses. Eu vou pedir a minha assessoria para fazer esse requerimento de realização de auditoria especial no sistema de saúde pública de Montes Claros.

Gostaria de agradecer a todos e convidá-los para, às 14 horas, impreterivelmente, iniciarmos as nossas oitavas.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente sessão.